

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

VICTOR PEREIRA D'ALVEAR LAURITO

**O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Rio de Janeiro / RJ

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

VICTOR PEREIRA D'ALVEAR LAURITO

**O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Francisco Eduardo Pires de Souza

Rio de Janeiro / RJ

2021

VICTOR PEREIRA D'ALVEAR LAURITO

O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 8/3/2021.

---

FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

MARGARIDA MARIA GOMES PEREIRA SARMIENTO GUTIERREZ

Professora Dra. do Instituto Coppead de Administração da UFRJ

---

FÁBIO DE SILOS SÁ EARP

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Renata d'Alvear, por ser uma mulher forte e guerreira e servir como exemplo para eu nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu pai, Christian Laurito, pelo incentivo e apoio.

Aos meus avós, Maria Mirtes d'Alvear e Renato Lobo d'Alvear, por terem me dado a oportunidade de estudar em bons colégios e sempre estarem perto de mim.

À minha parceira e impulsionadora, Maria Gueiros, por ser meu porto seguro. Obrigado por não medir esforços em me ajudar, apoiar e incentivar.

Ao meu orientador, Francisco Eduardo Pires de Souza, pela sua paciência, atenção e boa vontade. Obrigado pelo aprendizado e pela dedicação. Com certeza foi muito mais leve e prazeroso fazer esse trabalho sendo guiado por você.

A todos vocês, meu muito obrigado!

## RESUMO

A pandemia do coronavírus gerou um impacto enorme para o mercado de trabalho brasileiro. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar as consequências e peculiaridades do comportamento da produção e do emprego no Brasil. Para isso, será feita uma compatibilização e análise das bases de dados do CAGED e PNAD, com o intuito de compreender de que forma se comportaram cada um dos setores de atividades e vínculos empregatícios. A comparação com a crise de 2014-16 será realizada ao longo deste estudo, a fim de elucidar a peculiaridade da crise sanitária pela qual atravessamos nos dias de hoje e, ao mesmo tempo, demonstrar a complexidade e a intensidade com a qual a pandemia do Covid-19 impactou o mercado de trabalho. As conclusões construídas por meio desse projeto foram as seguintes: (i) o Brasil alcançou números catastróficos de retração da ocupação por conta da imposição de medidas restritivas para conter a crise ocasionado pelo Covid-19; (ii) além da queda do emprego, muito superior à do PIB, a crise atual se distinguiu pelo fato de que o emprego informal foi o mais atingido; (iii) a vulnerabilidade do trabalho informal exacerbada pela crise da pandemia tornou-se o problema central do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo diante da perspectiva de que o auxílio emergencial termine antes da recuperação do nível de ocupação.

Palavras-chave: Covid-19; emprego; mercado de trabalho brasileiro; produção.

## **ABSTRACT**

The coronavirus pandemic has generated a huge impact for the Brazilian labor market. Therefore, the main goal of this work is to analyze the consequences and peculiarities of the behavior of production and employment in Brazil. For this, a compatibilization and analysis of the CAGED and PNAD databases will be carried out, in order to understand how each of the sectors of activities and employment ties behaved. A comparison with the 2014-16 crisis will be made throughout this study in order to elucidate the peculiarity of the health crisis we are going through today and, at the same time, to demonstrate the complexity and intensity with which the Covid-19 pandemic impacted the labor market. The conclusions built through this project were as follows: (i) Brazil reached catastrophic numbers of retraction in occupation due to the imposition of restrictive measures to contain the crisis caused by Covid-19; (ii) besides the fall in employment, much greater than the fall in GDP, the current crisis was distinguished by the fact that informal employment was the hardest hit; (iii) the vulnerability of informal work exacerbated by the pandemic crisis became the central problem of the Brazilian labor market, especially given the prospect that the emergency aid will end before the occupation level recovers.

Keywords: Covid-19; employment; brasilian labor market; production.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Medida de contato por Classe de Renda. Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: FGV Social.....	14
<b>FIGURA 2</b> - Distribuição dos domicílios que receberam o AE em julho de 2020. Fonte: PNAD Contínua. Elaboração: Naércio Menezes Filho. ....	15
<b>FIGURA 3</b> - Diagrama da Força de Trabalho. Fonte: PNAD Contínua. ....	17
<b>FIGURA 4</b> - Principais características metodológicas do CAGED e da PNAD Contínua. Fontes: IBGE e MTb. ....	18
<b>FIGURA 5</b> - Gráfico ilustrativo da população ocupada com Carteira de Trabalho no Setor Privado – Comparação entre dados da PNAD e CAGED. Fonte: PAND Contínua e CAGED. ....	20
<b>FIGURA 6</b> - População Ocupada com Carteira de Trabalho por Setor de Atividade – 2020. Fonte: CAGED. ....	21
<b>FIGURA 7</b> - População Ocupada por Setor de Atividade – 2020. Fonte: PNAD Contínua. ...	22
<b>FIGURA 8</b> - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade – 2020. Fonte: PNAD Contínua e CAGED. ....	23
<b>FIGURA 9</b> - População Ocupada (em milhares) – Comparação entre 2019 e 2020 (trimestre móvel). Fonte: PNAD Contínua. ....	26
<b>FIGURA 10</b> - Vagas Ocupadas – Comparação com e sem carteira de trabalho (trimestre móvel). Fonte: PNAD Contínua. ....	27
<b>FIGURA 11</b> - Pessoas Ocupadas Com e Sem Carteira de Trabalho (trimestre móvel) indexado. Fonte: PNAD Contínua. ....	28
<b>FIGURA 12</b> - Quantidade de empregos por setor em 2020. Fonte: PNAD Contínua.....	29
<b>FIGURA 13</b> - Quantidade de empregos domésticos com e sem carteira no ano de 2020. Fonte: PNAD Contínua.....	30

<b>FIGURA 14</b> - Quantidade de empregos por setor de atividades. Fonte: PNAD Contínua. ....	31
<b>FIGURA 15</b> - Rendimento médio efetivo do trabalho principal das pessoas ocupadas. Fonte: PNAD Contínua.....	32
<b>FIGURA 16</b> - Rendimento medio efetivo do trabalho principal das pessoas ocupadas por vínculo de ocupação (2019 – 2020) indexado. Fonte: PNAD Contínua. ....	33
<b>FIGURA 17</b> - Quantidade das pessoas ocupadas por vínculo de ocupação (2019 – 2020) indexado. Fonte: PNAD Contínua.....	34
<b>FIGURA 18</b> - Variação do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (2013-2020). Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração: IPEA.....	36
<b>FIGURA 19</b> - Proporção de ocupados, desocupados e inativos na população em idade ativa (2013-2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPEA. ....	37
<b>FIGURA 20</b> - Variação trimestral da população ocupada, total e na informalidade (2013-2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPEA. ....	38
<b>FIGURA 21</b> - Variação interanual da população ocupada no terceiro trimestre, por setores de atividade (2015 – 2016 - 2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE. ....	39



## LISTA DE ABREVIACÕES

CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregados
CLT	Consolidao das Leis Trabalhistas
COVID19	Coronavírus 19
FGV	Fundao Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Ministério Público
p.p.	Pontos percentuais
PIA	Populao em idade ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RBE	Renda Básica Emergencial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	12
<b>CAPÍTULO II - BASE DE DADOS E METODOLOGIA</b> .....	17
2.1 Base de Dados .....	17
2.2 Compatibilização da Base de Dados .....	18
<b>CAPÍTULO III: A EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA RENDA NA PANDEMIA: UMA COMPARAÇÃO COM A CRISE DE 2014-2016.</b> .....	25
3. 1 Uma análise da Evolução da Ocupação e da Renda na Pandemia do Covid-19 .....	25
3.2 Uma comparação do mercado de trabalho na Pandemia do Covid-19 com a crise de 2014- 16. ....	35
<b>CONCLUSÃO</b> .....	40
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	42
<b>ANEXOS</b> .....	44
ANEXO A – Descrição das posições na ocupação, setor e categoria do emprego de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade. ....	44

## INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus 19 (COVID-19) foi o evento que tomou protagonismo no ano de 2020, de modo que o mundo inteiro teve de parar e enfrentar um novo inimigo: desconhecido e completamente invisível. O vírus impactou a vida dos seres humanos de forma jamais vista antes, o que foi fortemente impulsionado pela globalização – e o impacto se deu em todas as esferas: pública, privada, econômica, política, social e cultural. Desse modo, surgiram diversos desafios que os economistas mundo afora tiveram de lidar. Um deles, portanto, será estudado no presente trabalho qual seja o impacto da pandemia do COVID-19 sobre o emprego no Brasil.

O isolamento forçado, o qual se tornou medida obrigatória devido à pandemia, apresentou inúmeras consequências econômicas em vários países, incluindo o Brasil. A população brasileira sofreu brutalmente com a queda de produção em diferentes setores de atividade e, assim, inúmeras famílias se viram desempregadas, dependendo tão somente das políticas fiscais oferecidas pelo governo brasileiro para arcarem com seu sustento.

A partir de março de 2020, o governo federal se viu obrigado a tomar alguma atitude frente à frágil situação de vulnerabilidade e sem perspectiva dessas famílias. Desse modo, duas principais medidas foram orquestradas pelo Estado a fim de mitigar as consequências socioeconômicas causadas pela pandemia.

Uma das iniciativas foi o Programa Emergencial de Preservação do Emprego (MP n.º 936/2020), o qual constituiu como um estímulo referente a um acordo entre empregados e empregadores para a redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, do salário. A segunda medida foi a Renda Básica Emergencial (RBE) cujo intuito era o de prover uma renda extra de três parcelas de seiscentos reais para aqueles que eram considerados elegíveis.<sup>1</sup> O auxílio foi estendido posteriormente, quando ficou claro que a pandemia seria mais duradoura do que imaginado de início.

Desse modo, o presente estudo possui como objetivo analisar os efeitos que a pandemia do COVID-19 trouxe para o mercado de trabalho a partir dos dados dos dois principais levantamentos estatísticos feitos no país sobre o tema: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). As

---

<sup>1</sup> Nota-se que, diversas outras medidas foram tomadas pelo governo para preservar a saúde financeira das empresas, como o programa de créditos. Porém, estas não serão tratadas nesse trabalho, pois o foco da monografia é específico no mercado de trabalho.

iniciativas, acima referidas, executadas pelo governo federal serão contempladas nesta análise, uma vez que foram essenciais para o combate dessa crise frente à pandemia.

Foram diversos os setores da economia diretamente afetados pelo vírus. A urgente necessidade de salvar vidas tornou necessária a adoção, em escala global, do isolamento social. Desse modo, a velocidade de contágio da doença diminuía e, assim, haveria mais tempo hábil para o desenvolvimento de uma vacina que freasse o vírus. Esse isolamento, por sua vez, afetou, direta e indiretamente, a produção e o emprego em diversos setores, sendo o mais impactado, o de serviços.

A indústria alimentícia, por outro lado, revelou-se como exceção neste cenário. Enquanto diversos setores sofriam arduamente com a pandemia – tais quais os de alojamento, transporte; armazenagem; e correio –, o setor agropecuário e o comércio de bens essenciais – remédios e alimentos – cresceram, uma vez que não sofreram forte impacto com as medidas de isolamento. Com isso, esses produtos sofreram inflação por sua alta demanda.

Logo, observa-se um comportamento não-uniforme entre os diferentes setores. Assim sendo, tornam-se pontos relevantes para a compreensão do presente trabalho (i) a análise sobre os setores mais afetados; (ii) a maneira pela qual eles se comportaram, reagiram e retornaram seu nível de produção; e (iii) como tentam recuperar seu potencial com a flexibilização das medidas de isolamento social.

Neste contexto, veja-se ainda que, o aumento do número de desemprego foi um dos principais pontos de preocupação da economia brasileira. De acordo com a PNAD Covid-19 e as séries da PNAD Contínua Mensalizadas, o nível de ocupação<sup>2</sup> caiu de 54,4% em fevereiro de 2020 para 46,1% em julho, equivalente a uma perda de mais de 14 milhões de postos de trabalhos. Uma parcela desses empregos já foi retomada. Contudo, cerca de metade dos postos de trabalho perdidos ainda não haviam sido recuperados até abril de 2021 de acordo com os dados da PNAD contínua.

Nesse sentido, será também objeto do presente trabalho a análise dos números do desemprego no Brasil e compreender em quais camadas sociais eles se tornam mais graves. Logo, além de analisar quantitativamente a queda de emprego no país, será observado a maneira pela qual eles foram reativados ao longo dos meses durante o período de quarentena. Como o

---

<sup>2</sup> Definido pelo IBGE como número de pessoas ocupadas dividido pelo total da população em idade de trabalhar. Sendo as pessoas ocupadas classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Já a população em idade de trabalhar são as pessoas com 14 anos ou mais idade na data de referência.

comportamento do emprego nesta crise foi muito diferente do ocorrido em outras crises, faremos uma comparação entre o ocorrido nesta crise e na de 2015/2016 para ilustrar a especificidade do comportamento do mercado de trabalho na atual pandemia.

Esta Monografia está dividida em quatro capítulos. No Capítulo I, será realizada uma breve revisão de literatura referente aos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre a taxa de emprego e desemprego no Brasil e sobre a atividade produtiva de diversos setores econômicos. No Capítulo II, uma compatibilização das diferentes bases de dados será realizada e, ainda, haverá a construção de um índice para a contemplação de quais setores e empregos foram atingidos. No Capítulo III, serão apresentados os resultados decorrentes das análises promovidas a partir da revisão de literatura e do tratamento dos dados do capítulo anterior. Além disso, esse capítulo também contém uma comparação com a última crise vivida no Brasil, no ano de 2014 a 2016. Por fim, a Conclusão irá expor as principais conclusões sobre o presente trabalho.

## CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

A literatura acerca do tema abordado neste trabalho é extremamente recente, uma vez que a pandemia do COVID-19 surgiu em 2020. Desse modo, será feita uma revisão desta literatura baseada em artigos elaborados entre março de 2020 até julho de 2021. Começarei por revisar alguns trabalhos mais gerais sobre a economia da pandemia para, no final, chegar ao trabalho que mais se aproxima do nosso foco, que é Nota Técnica 92 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA, 2021).

Primeiramente, ressalta-se o artigo “Panem et Circenses: a propósito da macroeconomia da pandemia”. De acordo com Pires de Souza (2021) a macroeconomia da pandemia é algo bastante peculiar. É uma macroeconomia da recessão, mas uma recessão muito diferente das usuais, por ser determinada por uma crise sanitária, na qual a política econômica não pode simplesmente visar o aumento da produção, porque este implica (em inúmeros setores) aumento da aglomeração e, portanto, do risco de contágio.

Nesse sentido, nota-se que a macroeconomia se torna elemento interessante a ser analisado nesse contexto. Isto pois, ainda de acordo com Pires de Souza (2021), há uma dúvida se está se assemelha à macroeconomia de período de guerra. O autor responde a essa controversa questão citando Keynes, o qual, por sua vez, acreditava na economia de guerra como uma economia de pleno emprego em que a demanda se configurava insaciável.

Assim, embora possuíssem o ponto comum de serem macroeconomias singulares e diferentes da macroeconomia comum, elas se diferenciam a partir do momento em que uma estimula a economia a atingir seu pleno emprego enquanto a outra requer políticas que são recessivas para evitar mortes da população.

Ao mesmo tempo em que houve a interdição da jornada de trabalho e do funcionamento regular do comércio – para evitar o agravamento da condição do coronavírus no Brasil –, o governo brasileiro aumentou os seus gastos e determinou duas principais medidas para combater os impactos sofridos pelos trabalhadores e pelas empresas.

A primeira delas foi a Renda Básica Emergencial (RBE), três parcelas de R\$ 600,00 para a população considerada elegível e o segundo foi o Programa Emergencial de Preservação do Emprego (MP nº 936/2020), o qual estimula um acordo entre empregados e empregadores para a redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, do salário.

Pires de Souza (2021) destaca que a situação do Brasil – e do resto do mundo – foi um trade-off entre recessão e epidemia. Isto pois, quanto maior a interdição de atividades e serviços – fomentando a recessão –, maiores são os efeitos positivos para controlar o agravamento da

contaminação da doença. A combinação destes processos – economia interditada e processo de redistribuição de renda em conformidade com as medidas adotadas pelo governo – determina quais serão as mudanças na composição dos fluxos de produção, gastos e renda.

Neste cenário, o mesmo autor se refere à dualidade econômica com a qual as autoridades se depararam no mundo todo: deter – ou pelo menos amenizar – a transmissão do coronavírus e o colapso no sistema de saúde ocorrido por meio da paralisação e da interdição de diversos setores econômicos e, por outro lado, fazer o necessário (transferências do setor público para o setor privado) para que as famílias e empresas afetadas financeiramente não quebrem.

As respostas da economia a essas medidas foram inúmeras. A renda do trabalho cai em geral; a camada mais pobre aumenta sua demanda por causa do aumento de renda devido ao auxílio emergencial; enquanto isso, camadas com renda mais altas restringiram seu consumo e aumentaram sua poupança.

Diante deste cenário, cria-se um excesso de demanda por produtos do setor alimentício, enquanto setores de serviços ficam com a sua capacidade produtiva abaixo do normal. Ou seja, por um lado temos uma queda brusca na demanda de setores que exigem alto contato entre os trabalhadores, e, por isso, há um aumento na taxa de desemprego e, por outro lado, temos um setor de alimentos superaquecido, elevando seus preços e corroendo o poder de compra da população de renda mais baixa.

No caso brasileiro, as medidas de *lockdown* adotadas tiveram um forte impacto na economia. Em um primeiro momento, todos os setores foram afetados com significativas quedas no nível de produção, com exceção do setor agropecuário e comércio de bens essenciais. Porém, antes mesmo do relaxamento dessas medidas de distanciamento social, diversos segmentos da economia voltaram a funcionar tendo uma forte resposta pelo lado da demanda e tiveram uma retomada em “V”.

Da mesma forma que os impactos foram distintos em cada um dos setores de atividades, o mesmo acontece na perspectiva de classes sociais. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez um estudo sobre esses impactos e Neri (2020), coordenador da pesquisa, mostra que a taxa de pobreza de 2019 para 2020 reduz de 31,04% para 24,62%, uma vez que essa faixa representa as pessoas que recebem menos de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo per capita. Foram 13,1 milhões de brasileiros que deixaram a camada da pobreza.

Por outro lado, contemplando os demais estratos de renda, os indivíduos que possuíam rendas maiores que 2 salários-mínimos por pessoa caíram de 15,67% em 2019 para 12,80% em 2020, um rebaixamento de 5,8 milhões de brasileiros. Logo, essa rebaixa juntamente com o

movimento de ascensão dos outros 13,1 milhões de indivíduos fez com que acumulasse um total de 20,5 milhões de pessoas (considerando o crescimento populacional do período) no intervalo de ½ salário-mínimo e 2 salários-mínimos. Este grupo cresceu de 53,29% em 2019 para 62,59% em 2020.

Além das mudanças de renda geradas pela pandemia e pelo auxílio emergencial, Neri (2020) ainda observa uma diferença de comportamento nas diferentes camadas econômicas. Sobre as medidas de isolamento, a camada pobre da população apresentou taxas mais altas. Cerca de 27,8% ficaram rigorosamente isolado e 48,3% saíram apenas para necessidades básicas. Para efeito comparativo, os mesmos dados para o total da população foram de 23,3% e 43,6%, respectivamente. Diante desses dados, pode-se observar que o Auxílio Emergencial pode ter impactado comportamentos mais ajustados às necessidades impostas pela pandemia ao seu público-alvo (figura 1).

#### Isolamento Social - Medida tomada de restrição de contato por Classe de Renda

	Menos de 1/2 salário mínimo	1/2 a menos de 1 salário mínimo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 4 salários mínimos	4 ou mais salários mínimos	Total
Não fez restrição	1,9	2,0	1,9	2,2	1,6	2,0
Reduziu contato mas continuou saindo de casa e/ou recebendo visitas	20,9	30,5	37,6	35,5	31,5	30,5
Ficou em casa e só saiu por necessidade básica	48,3	43,4	39,7	41,8	45,9	43,6
Ficou rigorosamente isolado	27,8	23,5	20,3	20,1	20,4	23,3

Fonte: FGV Social a partir da PNAD Covid/IBGE

**FIGURA 1** - Medida de contato por Classe de Renda. Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: FGV Social

De acordo com Barbosa e Prates (2020), a expectativa da RBE é que atue positivamente para a redução da pobreza e da desigualdade, mesmo durante a pandemia. Isso porque, para muitos essa quantia representa uma adição de renda, já que uma grande parte da população brasileira tem uma renda domiciliar inferior a essas três parcelas de R\$ 600,00. Porém, apesar de evitar consequências mais desastrosas, uma medida de curto prazo não é capaz de mudar, de forma duradoura, a situação da camada mais pobre dos brasileiros. Por isso, Barbosa e Prates (2020) acreditaram que a expectativa de queda da pobreza conforme medida por indicadores de renda não se confunde com a queda da pobreza concebida de modo multidimensional.

Menezes Filho (2020) retratou um problema um tanto quanto relevante acerca do assunto do auxílio emergencial através do artigo publicado no jornal Valor Econômico, “Exageros no auxílio emergencial”. Como o título já diz, o autor questiona a quantidade e, até



mesmo, a assertividade dos gastos do governo com essa medida. Isto pois, dois terços desse auxílio foram gastos com famílias que não eram pobres (figura 2).

## Novo programa é imprescindível

Distribuição dos domicílios que receberam o AE em Julho de 2020

	Sem AE	Com AE
Pobre em 2019, não pobre em 2020	7%	16%
Não pobre em 2019, não pobre em 2020	61%	76%
Pobre em 2019, pobre em 2020	13%	4%
Não pobre em 2019, pobre em 2020	19%	4%
Total	100%	100%

Fonte: Pnad-continua e Pnad-covid

**FIGURA 2** - Distribuição dos domicílios que receberam o AE em julho de 2020. Fonte: PNAD Contínua. Elaboração: Naércio Menezes Filho.

Menezes Filho (2020) acredita que houve um erro no momento de estabelecer os critérios de elegibilidade do programa, já que para obter direito ao benefício era necessário que a renda familiar per capita fosse menor que R\$ 522 ou uma renda familiar total abaixo de R\$ 3.135. Porém a linha que define pobreza no Brasil é de R\$ 290, além do fato de que somente 35% das famílias brasileiras possuem uma renda total acima de R\$ 3.135.

Além dos critérios mal estabelecidos pelo governo, 17% das pessoas que receberam transferências do governo não deveriam ter acesso ao programa mesmo seguindo os critérios estabelecidos. Ou seja, houve sim uma má gestão desse auxílio emergencial, porém, ao mesmo tempo, a existência dele foi muito importante para diversas famílias que estariam na faixa de pobreza se não fosse pela renda emergencial. Isso mostra que não necessariamente essa medida tomada pelo governo tenha sido exagerada, e sim, mal gerida, já que esse dinheiro gasto poderia ter sido transferido para outras famílias que precisavam dessa renda para sobreviver dignamente. Ademais, se esse programa fosse melhor direcionado poderia ter sido estendido por mais tempo, auxiliando às famílias realmente necessitadas.

Sobre a MP nº 936/2020, é uma medida que visa preservar a maiores quantidades de empregos possíveis durante o período de isolamento através do estímulo de acordos entre empregados e empregadores reduzindo a jornada de trabalho e do salário. A redução tem diferentes níveis, podendo ser de 25%, 50% ou 70% ou até mesmo a completa suspensão do contrato de trabalho. Nesse cenário, o governo aparece como um apoio financeiro, concedendo

um benefício complementar baseado no valor do seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria acesso.

Na visão de Barbosa e Prates (2020), essa medida tem maior incidência no emprego formal reduzindo a renda do trabalho. Logo, isso acabará contribuindo para um aumento leve na taxa de pobreza, uma vez que ela tende a diminuir a renda domiciliar per capita. Há também outro efeito que se espera ter com essa medida, que é a minimização da desigualdade de renda, durante a vigência dela, já que ela atua nos trabalhos formais, concentrados na maior parte em classes sociais mais ricas da sociedade.

A crise do covid-19 gerou, sem dúvidas, diversos impactos para o mercado de trabalho no Brasil, porém ela não foi a única crise que trouxe consequências para a economia brasileira. A última grande recessão enfrentada pela população brasileira foi a recessão de 2015-2016. Ao comparar a recessão de 2015 com a crise do coronavírus é possível entender mais a fundo qual foi o nível de impacto sofrido pelo mercado de trabalho, quais foram suas similaridades e diferenças (IPEA, 2021).

Ao longo do texto de Corseuil et al. (2021) é discutida a discrepância entre os impactos de ambas as crises. Isso é feito através de perspectivas diferentes, seja na ocupação do indivíduo em relação ao mercado de trabalho (ocupado, desocupado e inativo), seja entre trabalho formal e informal, entre outras. As conclusões levantadas pelo texto são bem relevantes para mostrar, tanto a contração da economia gerada por ambas as crises, como também as peculiaridades dos efeitos causados por cada uma delas. Um dos pontos em comum de ambos os choques foi a queda na parcela da população ocupada, porém, ainda assim existe uma diferença entre as duas: a intensidade com a qual ocorreram. No caso de 2020 houve uma diminuição de mais de 6 p.p. na taxa de ocupação, enquanto a perda acumulada no episódio anterior foi de 3p.p. ao longo de sua duração. A peculiaridade da crise do coronavírus foi uma elevação inédita na inatividade.

Outro aspecto marcante do choque no emprego provocado pela pandemia é o impacto na ocupação informal. Isso porque, embora algo nessa direção tenha ocorrido no início da recessão de 2015-2016, a magnitude da queda foi muito maior no período recente: 15,6% no setor informal e 5,5% no segmento formal, no segundo trimestre de 2020. Já que os grupos mais vulneráveis têm mais representatividade em empregos informais, fica claro a discrepância entre os choques em grupos formais e informais. Além disso, o setor de atividades foi um ponto que divergiu entre as duas crises citadas, já que durante os anos de 2015 e 2016, os setores mais afetados, em quesito de taxa de ocupação, foram a indústria geral e administração pública. Por sua vez, durante a pandemia, os setores mais atingidos foram o de alojamento e alimentação e o de trabalho doméstico.

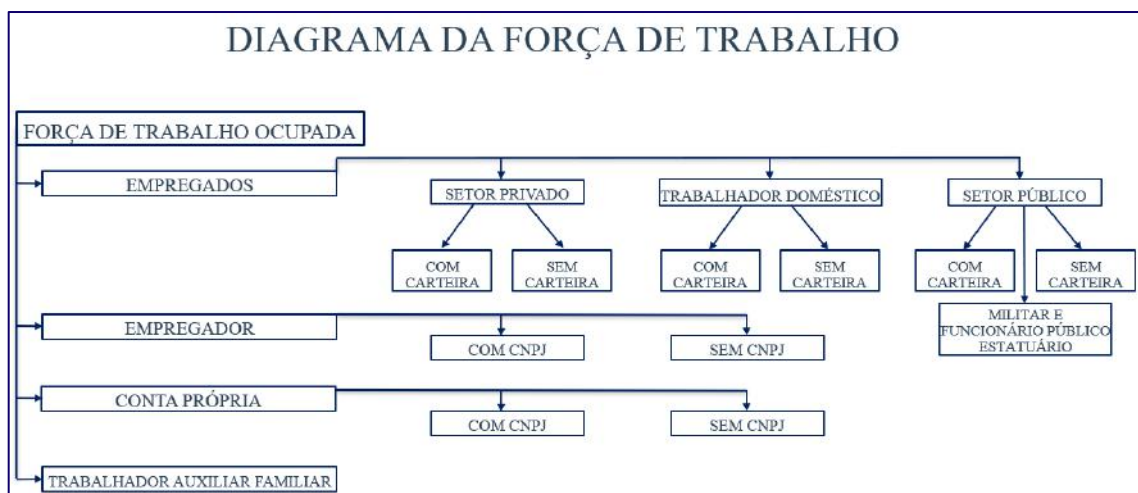
## CAPÍTULO II - BASE DE DADOS E METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é mostrar, através da análise de dados da PNAD<sup>3</sup> e do CAGED<sup>4</sup>, como cada emprego e setor de atividade foi atingido pela crise da COVID-19 no Brasil.

Primeiramente haverá uma compatibilização desses dados para que seja possível comparar as informações de ambos e chegar em uma conclusão mais assertiva e embasada. Após isso, será feita uma descrição e breve análise dos dados de cada uma dessas bases (PNAD e CAGED), diferenciando e explicitando quais foram os setores e indivíduos mais atingidos.

### 2.1 Base de Dados

A primeira base de dados a ser analisada será a PNAD Contínua mensal de 2020. É uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que investiga diversas características socioeconômicas do Brasil. A pesquisa é feita em todas as regiões do Brasil. Para que sejam evidenciados os dados e as análises construídas diante deles, é de extrema importância que definamos cada uma das ocupações de trabalho que serão mencionadas adiante. Para isso, o diagrama abaixo mostra como cada categoria e setor está relacionado no âmbito de pessoas ocupadas.



**FIGURA 3** - Diagrama da Força de Trabalho. Fonte: PNAD Contínua.

<sup>3</sup>A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, dentre elas trabalho, rendimento e população, que serão as mais usadas no presente trabalho.

<sup>4</sup>O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para melhor entendimento de cada uma dessas definições, há disponível, no Anexo 1, no final dessa monografia, as explicações de cada uma dessas definições, categoria e setores.

A segunda base de dados que será utilizada é do CAGED que, por sua vez, foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele é utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais. Os dados trabalhados nesse cadastro são fornecidos pelas próprias empresas contratantes, ou seja, são dados mais confiáveis e assertivos do que a PNAD. Abaixo, temos uma tabela que mostra as principais características metodológicas de cada base de dado.

Especificação	Caged	Pnad Contínua
Natureza	Registro administrativo.	Pesquisa por amostra probabilística de domicílios.
Universo	Empregado celetista.	Força de trabalho.
Unidade	Vínculo de trabalho celetista.	Pessoa.
Fonte	Estabelecimento (empresa).	Morador do domicílio.
Período de referência	Mês.	Semana de referência distribuída ao longo do trimestre.
Captação da informação	Aplicativo Caged Informatizado (ACI), Formulário Eletrônico do Caged (FEC) ou sistema próprio de folha de pagamento do estabelecimento.	Local de residência.
Abrangência geográfica	Nacional.	Nacional.
Recorte geográfico	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, regiões metropolitanas e municípios.	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais, municípios das capitais, região integrada de desenvolvimento econômico (Ride) Grande Teresina.
Divulgação	Mês seguinte ao de referência.	Segundo mês seguinte ao trimestre civil encerrado.

**FIGURA 4** - Principais características metodológicas do CAGED e da PNAD Contínua. Fontes: IBGE e MTb.

Portanto, com essas bases de dados será possível fazer um estudo mais assertivo sobre os impactos do coronavírus no mercado de trabalho. Enquanto a PNAD é uma pesquisa mais ampla, abrangendo trabalhadores do setor formal e informal, mas, ao mesmo tempo, menos confiável, o CAGED abrange apenas o mercado formal, ou seja, empregados sob o regime da CLT, e tem mais acuracidade nos seus dados. Logo uma pesquisa tende a complementar a outra e, com ambas, teremos mais riqueza nas análises feitas ao longo do trabalho.

## 2.2 Compatibilização da Base de Dados

Como foi referido anteriormente, essa monografia tem como principais bases de dados o CAGED e a PNAD. Uma vez que ambas possuem suas peculiaridades, tanto no âmbito

quantitativo, como também no qualitativo, será feita uma breve comparação entre as duas para a melhor compreensão ao longo deste trabalho.

Vale lembrar que a PNAD é uma pesquisa trimestral que é realizada a partir de uma amostra probabilística de domicílios. A pesquisa alcança 221 mil domicílios em 16 mil setores censitários. Enquanto isso, os dados do CAGED são fornecidos por estabelecimentos formais mediante sistema eletrônico. Dito isso, é compreensível que a segunda base de dados citada forneça números mais confiáveis do que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Porém, por outro lado, no CAGED ficamos limitados aos números de brasileiros contratados pelo regime da CLT.

Durante a pandemia, os dados de ambas as bases foram afetados de diferentes formas. O CAGED passou por uma mudança metodológica no ano de 2020, que dificultou a comparação dos dados mais recentes com sua série histórica. Outro ponto que alertou diversos analistas foi o saldo positivo de 400 mil vagas com carteira assinada no mês de fevereiro de 2021, mês em que houve queda na produção industrial e a pandemia indicava sinais de piora.

Essa alteração na metodologia de coleta de dados consistiu na troca do meio que era utilizado para fazer a prestação de contas das empresas ao Ministério da Economia. Anteriormente esse processo era feito por um sistema próprio do CAGED e passou a ser realizado através do eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas).

Diante dessa mudança, o próprio Ministério da Economia identificou um problema de subnotificação dos desligamentos, o que poderia inflar artificialmente o saldo de empregos na economia brasileira. Além disso, o universo de trabalhadores lidos pelos CAGED também mudou. Com a nova coleta de dados, os trabalhadores temporários passaram a ser de preenchimento obrigatório pelas empresas.

A nova metodologia também alterou as categorias que eram abrangidas pelo CAGED. Antes, categorias que não eram consideradas como emprego formal passaram a entrar na conta, como foi o caso de bolsistas.

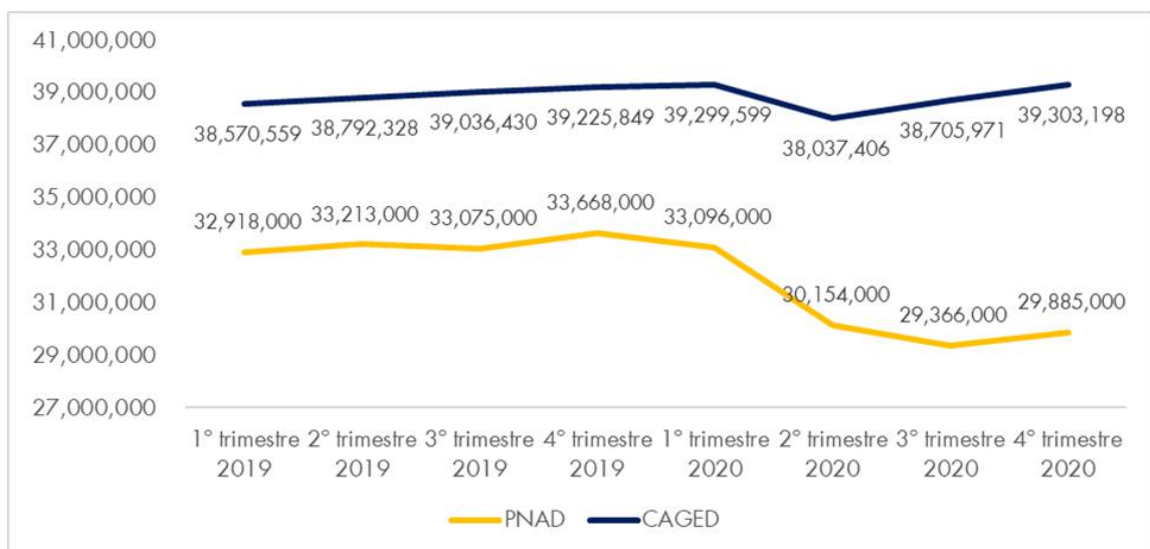
No caso da PNAD, um estudo do IPEA, indicou que a coleta por telefone em meio à pandemia aumentou o índice de não resposta da pesquisa, levando uma subestimação do emprego formal. Essas não respostas não eram uniformes entre os diferentes tipos de vínculo empregatício, uma vez que aqueles que de fato responderam tinham uma menor probabilidade de ter emprego formal.

O IBGE, como uma forma de mitigar as não entrevistas, aumentaram o peso das respostas recebidas. Porém, a maior parte desse grupo que efetivamente respondeu a pesquisa

não estava empregado no setor formal, por isso os dados da PNAD durante a pandemia geraram uma subestimação do emprego formal.

Em um cenário incerto criado pela pandemia do Covid-19, vemos duas bases de dados que tiveram suas credibilidades afetadas. De um lado, possuímos o CAGED que superestima o mercado de trabalho, já que houve uma mudança de metodologia e por outro, temos a Pnad que subestima a quantidade de pessoas ocupadas no trabalho formal, uma vez que não é possível obter a mesma quantidade de respostas feitas antes da pandemia.

Feitas as ressalvas acima, para efeito comparativo, foram levantados os dados da população ocupada com carteira de trabalho do setor privado, fornecido pela PNAD e os dados do CAGED, pois, dessa forma, é possível fazer uma comparação razoável entre as duas bases. Além disso, uma vez que a PNAD é feita trimestralmente, foi feita uma média dos meses do CAGED para que a comparação entre ambas as bases seja feita de forma trimestral (figura 5).



**FIGURA 5** - Gráfico ilustrativo da população ocupada com Carteira de Trabalho no Setor Privado – Comparação entre dados da PNAD e CAGED. Fonte: PAND Contínua e CAGED.

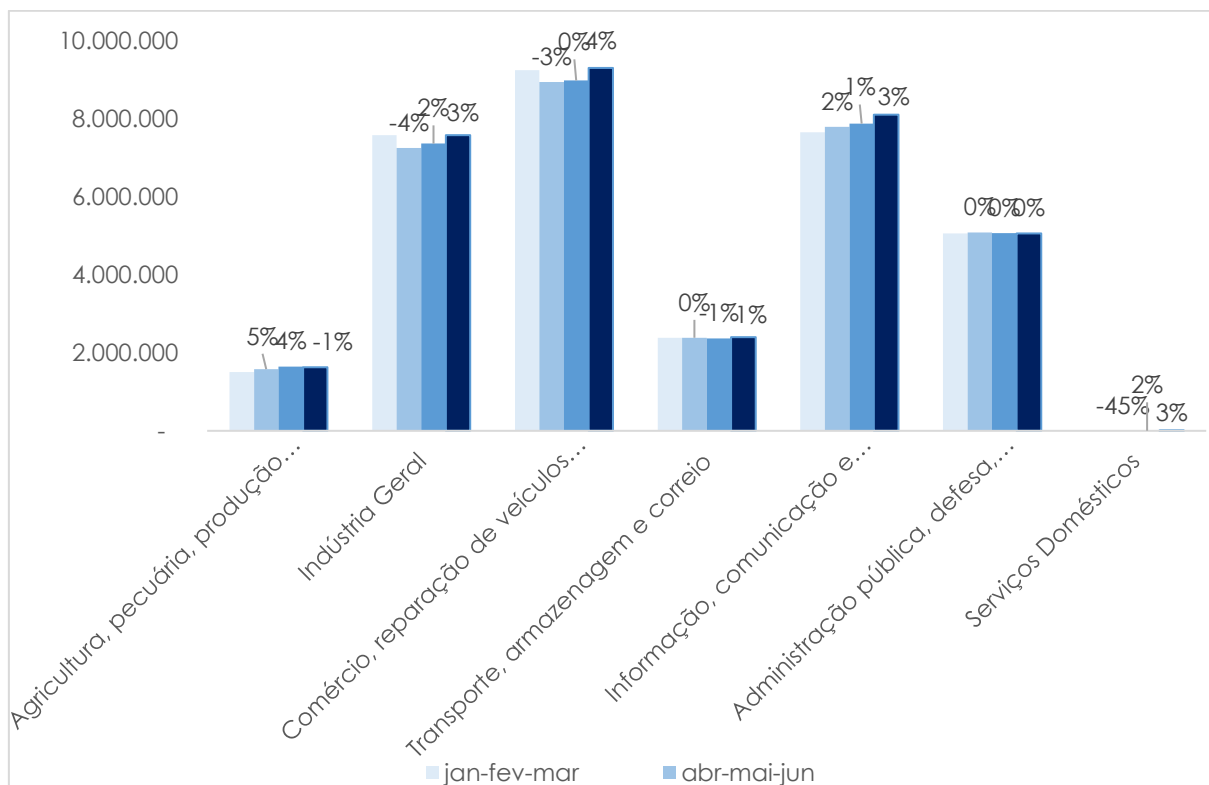
Na figura 5 é possível observar que ambas as linhas seguem a mesma tendência desde o primeiro trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2020, que é quando acontece a queda no número de pessoas empregadas por conta da quarentena no Brasil. Porém, a grande diferença das duas séries é o tamanho do impacto que cada um sofre, principalmente, nesse segundo trimestre de 2020. Enquanto a série do CAGED cai 2,8% do primeiro trimestre de 2020 para o segundo, a série da PNAD tem uma queda de quase 9% no mesmo período citado.

Além da queda do segundo trimestre, a série da PNAD cai mais uma vez no terceiro trimestre (-2,7%) e volta a subir no quarto trimestre (1,7%). Já na série do CAGED, logo no

terceiro trimestre de 2020 o número de pessoas contratadas já começa a se recuperar e no quarto trimestre de 2020 esse número chega em um patamar maior do que o pré-pandemia, crescendo 0,5% em comparação com o primeiro trimestre de 2020.

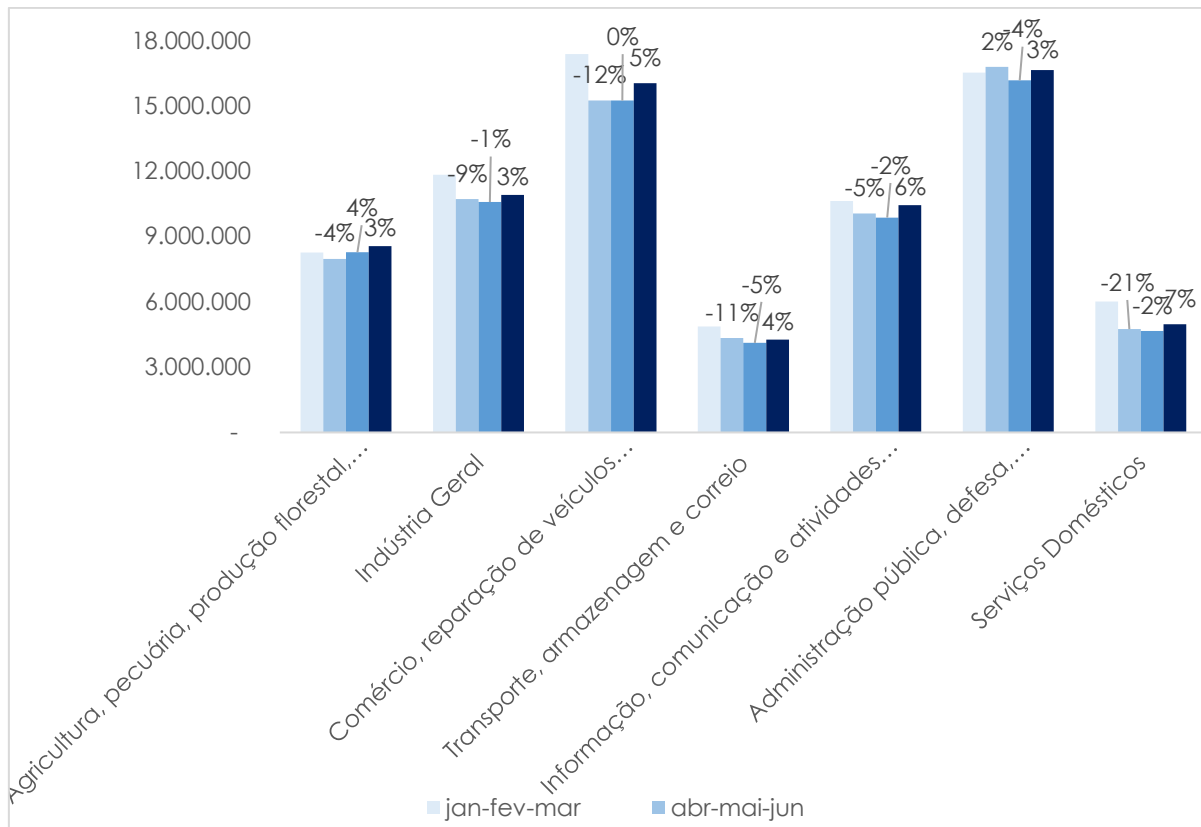
Nesse gráfico (figura 5) é possível perceber a discrepância das duas séries no número de pessoas contratadas no regime da CLT. Isso reafirma o que foi citado anteriormente em relação à confiabilidade dos dados de ambas as bases. Enquanto há uma suspeita entre os pesquisadores e analistas que o CAGED superestima o número de pessoas empregadas formalmente, chegando, no quarto trimestre de 2020, a patamares maiores que o da pré-pandemia (quarto trimestre de 2019), a PNAD subestima esse número, apresentando uma queda de -11% no mesmo período citado. Ainda assim, mesmo com uma visão não tão confiável dessas duas bases, é importante para o presente trabalho utilizar dessas séries, uma vez que são as principais fontes de dados do mercado de trabalho brasileiro.

Diante disso, nas figuras 6 e 7, é feita uma comparação dos dados da PNAD, que contemplam empregos informais e formais, com os dados do CAGED, abrangendo apenas empregos regidos pelo regime da CLT. É possível observar a quantidade de pessoas pela altura da barra e pelo eixo vertical e a porcentagem acima da barra é a comparação com o trimestre anterior.



**FIGURA 6** - População Ocupada com Carteira de Trabalho por Setor de Atividade – 2020. Fonte: CAGED.





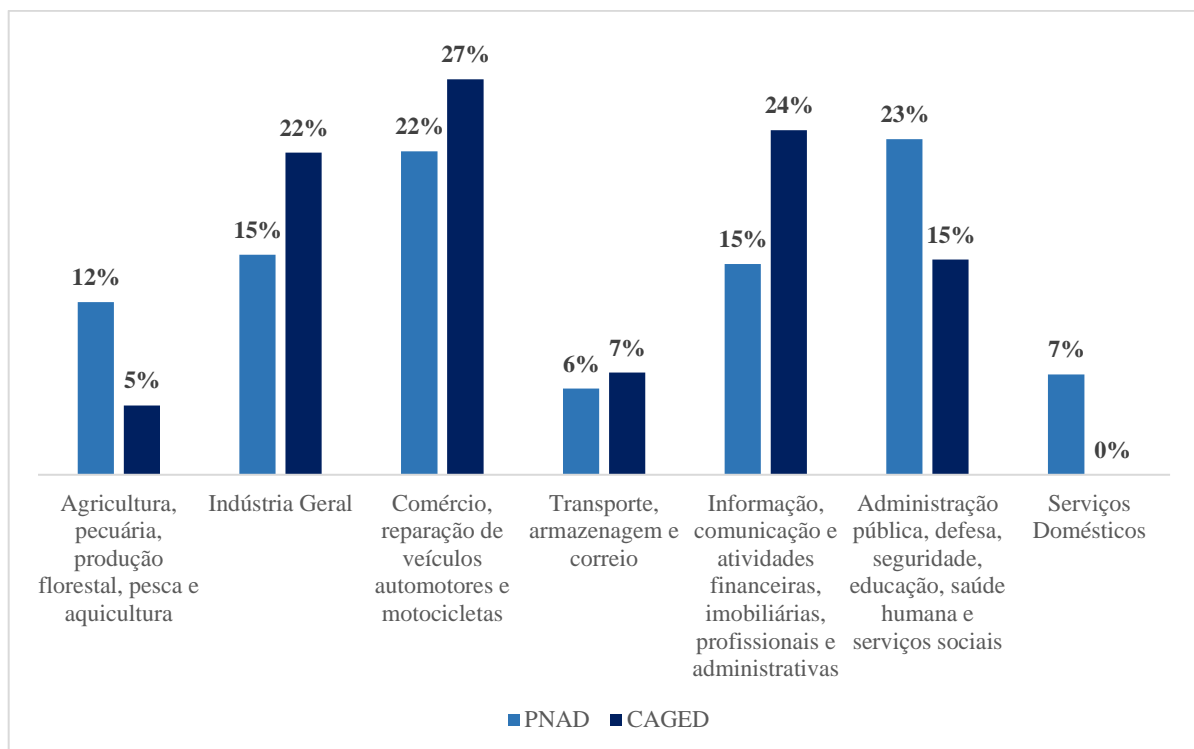
**FIGURA 7** - População Ocupada por Setor de Atividade – 2020. Fonte: PNAD Contínua.

Conforme mostram as figuras, no segundo trimestre de 2020 ocorreu uma queda na maioria dos setores privados, com exceção da agropecuária e informação (figura 6). A comparação entre os dois gráficos põe em destaque a diferença de comportamento entre empregos formais e informais. No caso da figura 6, que é construído de números de empregos regidos pela CLT, vemos que do primeiro para o segundo trimestre as quedas são mais brandas do que na figura 7. Por outro lado, ao analisar os dados da PNAD, onde possui empregos formais e informais, vemos que a maioria dos setores tiveram queda do primeiro para o segundo trimestre, com ressalva para o setor de Administração pública.

No quarto trimestre de 2020, vemos que a maioria dos setores tiveram uma alta em relação ao terceiro trimestre, mas que na figura 7, onde está o número de empregos informais, cresce em maiores porcentagens que na figura 6, número de pessoas ocupadas do setor formal. Isso aconteceu por causa do enorme número de trabalhadores informais que tiveram que deixar sua atividade laboral ao longo do segundo e terceiro trimestre de 2020 por conta do distanciamento social. Enquanto isso, os trabalhadores que possuíam empregos com CLT, além de ser mais custoso demitir esse empregado, as empresas tiveram um incentivo da MP nº 936/2020 para manter as pessoas contratadas com seus empregos.



Dito isso, em um segundo momento, houve uma estabilização do contágio do coronavírus e, conseqüentemente, a flexibilização do distanciamento social. Dessa forma, grande parte dos empregos informais voltaram a funcionar e foram eles que foram responsáveis por esse aumento das pessoas ocupadas do terceiro para o quarto trimestre de 2020, chegando a +7% de crescimento no setor de serviços domésticos, o setor com maior porcentagem de emprego informal. A partir disso, a figura abaixo nos mostra a distribuição das pessoas ocupadas em cada setor de atividade, tanto na PNAD, quanto no CAGED. A porcentagem acima de cada barra representa o peso que aquele setor de atividade representa no total da população ocupada (figura 8).



**FIGURA 8** - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade – 2020. Fonte: PNAD Contínua e CAGED.

Observou-se que o setor com menos porcentagem de empregos formais é o setor de Serviços Domésticos. Isto pois, além de os dados do CAGED apresentarem uma parcela de quase 0% dos empregos formais, a PNAD mostra que o setor em questão é o segundo com menos distribuição das pessoas ocupadas (figura 8). Apesar da queda de -21%, na figura 7, do primeiro para o segundo trimestre, houve o maior crescimento dentre os setores listados do terceiro para o quarto trimestre. Isso porque, pela porcentagem alta de empregos informais, na mesma rapidez que esses trabalhadores tiveram que parar suas atividades, eles voltaram aos

seus postos, já que quando se trata de empregos informais, não há tamanha burocracia e gastos para a empresa como existe no trabalho formal.

Outro ponto importante a destacar nas figuras 6 e 7 refere-se ao setor de Agricultura que cresce, no acumulado do ano, +3% na PNAD e +8% no CAGED. Mesmo ele tendo uma baixa porcentagem de empregos formais, – segundo setor de atividade com menos representatividade na base de dados do CAGED - o trabalho nesse setor é, majoritariamente, mecanizado, com pouco contato entre seres humanos. Por isso, foi um dos setores menos afetados com as medidas restritivas do coronavírus.

### **CAPÍTULO III: A EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA RENDA NA PANDEMIA: UMA COMPARAÇÃO COM A CRISE DE 2014-2016.**

Neste capítulo será analisado a evolução da ocupação e da renda durante a pandemia do coronavírus – desde março de 2020 até os dias de hoje. O capítulo será subdividido em dois itens – 3.1 e 3.2. No primeiro item será abordado e analisado a evolução da ocupação e rendimento através da perspectiva de setores de atividade e da formalização do trabalho. No segundo item será feita uma comparação desses dados previamente analisados com os da crise de 2014-16.

A intenção desta parte da monografia é entender quais foram impactos no mercado de trabalho decorrentes da pandemia do coronavírus e em que proporção essas consequências abalaram a produção brasileira, seja por parte dos trabalhadores ou das indústrias.

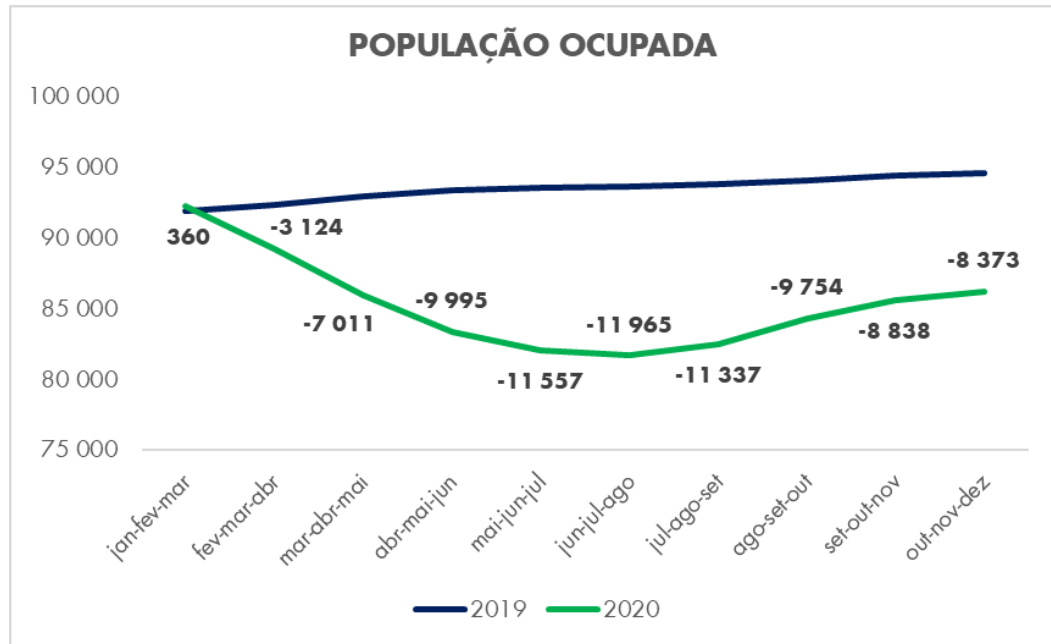
#### **3. 1 Uma análise da Evolução da Ocupação e da Renda na Pandemia do Covid-19**

Em 2019, o total da população brasileira média em idade de trabalhar<sup>5</sup> era de 171 milhões de pessoas, sendo a taxa de população ocupada média de 54,6% (93,5 milhões de indivíduos). Já em 2020, enquanto o total desta parcela passou para 174,5 milhões de pessoas, a média de pessoas ocupadas passou a ser de 85 milhões de brasileiros (48,9% de taxa de ocupação média).

A queda na taxa de ocupação já mostra o grande impacto que a pandemia gerou no emprego brasileiro. Em linha com esse fato, a quantidade de pessoas ocupadas cai drasticamente de 2019 para 2020, chegando a uma variação absoluta negativa de quase 12 milhões de pessoas (-12,80%) quando comparamos o trimestre móvel de junho/julho/agosto do ano de 2020 com o ano de 2019 (figura 9).

---

<sup>5</sup> Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.



**FIGURA 9** - População Ocupada (em milhares) – Comparação entre 2019 e 2020 (trimestre móvel). Fonte: PNAD Contínua.

O cenário de pessoas ocupadas de 2020 em comparação com 2019 é preocupante. Apesar da recuperação a partir do trimestre de julho/agosto/setembro, a taxa de ocupação no último trimestre (48,8%) não chega nem perto do patamar que se encontrava na pré pandemia (53,5%).

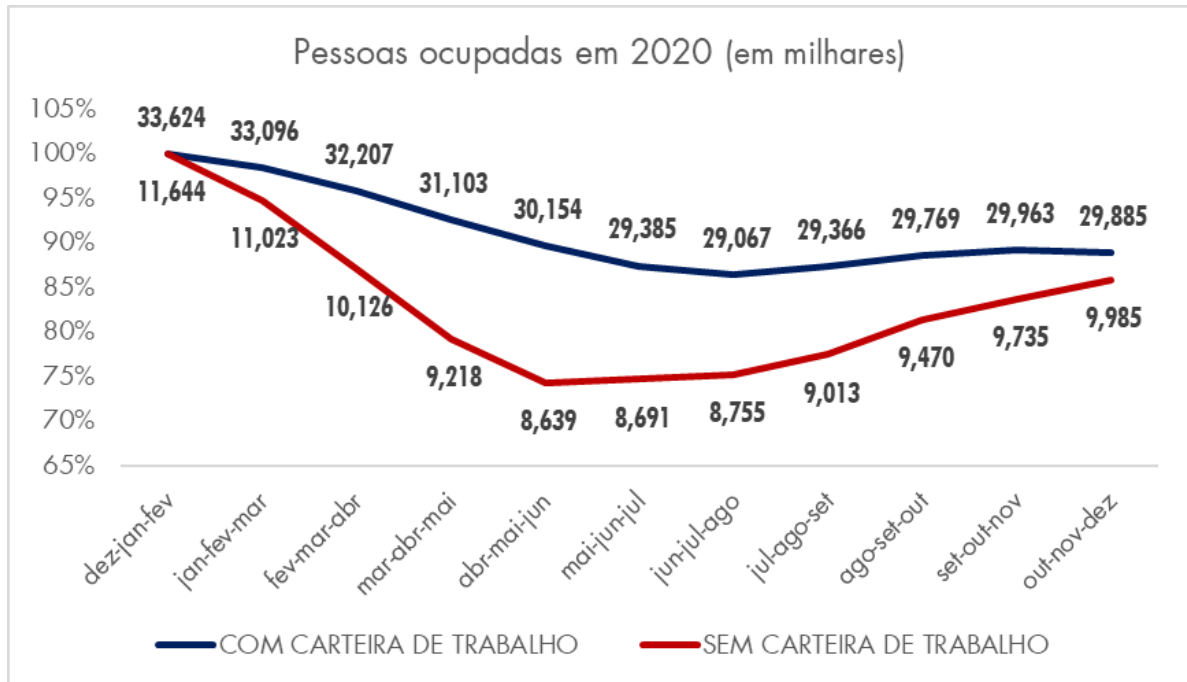
Diante da queda de pessoas ocupadas de 2019 para 2020, é relevante para o presente trabalho entender quais foram as camadas mais impactadas dentro dessa parcela brasileira. Para isso, foi feita uma comparação entre o grupo de pessoas ocupadas com e sem carteira de trabalho (figura 10). Observa-se que o impacto percentual nos indivíduos que possuíam um emprego sem carteira de trabalho foi muito maior, chegando a uma variação negativa de quase 26% comparado com 2019, do que o grupo possui um emprego com carteira de trabalho.

TRIMESTRE MÓVEL	2019		2020		2019 x 2020	
	SEM CARTEIRA DE TRABALHO	COM CARTEIRA DE TRABALHO	SEM CARTEIRA DE TRABALHO	COM CARTEIRA DE TRABALHO	% SEM	% COM
dez-jan-fev	11,075,000	32,979,000	11,644,000	33,624,000	5%	2%
jan-fev-mar	11,124,000	32,918,000	11,023,000	33,096,000	-1%	1%
fev-mar-abr	11,217,000	33,136,000	10,126,000	32,207,000	-10%	-3%
mar-abr-mai	11,384,000	33,222,000	9,218,000	31,103,000	-19%	-6%
abr-mai-jun	11,500,000	33,213,000	8,639,000	30,154,000	-25%	-9%
mai-jun-jul	11,658,000	33,146,000	8,691,000	29,385,000	-25%	-11%
jun-jul-ago	11,795,000	33,042,000	8,755,000	29,067,000	-26%	-12%
jul-ago-set	11,838,000	33,075,000	9,013,000	29,366,000	-24%	-11%
ago-set-out	11,852,000	33,206,000	9,470,000	29,769,000	-20%	-10%
set-out-nov	11,812,000	33,420,000	9,735,000	29,963,000	-18%	-10%
out-nov-dez	11,855,000	33,668,000	9,985,000	29,885,000	-16%	-11%

**FIGURA 10** - Vagas Ocupadas – Comparação com e sem carteira de trabalho (trimestre móvel). Fonte: PNAD Contínua.

A MP nº 936/2020 foi um fator muito importante que influenciou nessa discrepância, uma vez que a medida tinha maior incidência no trabalho formal, ou seja, com carteira de trabalho, e estimulava a preservação da maior quantidade de empregos possíveis. Como a medida não atuou de maneira tão incisiva nos empregos sem carteira de trabalho, a taxa de desemprego dessa parcela da população foi maior.

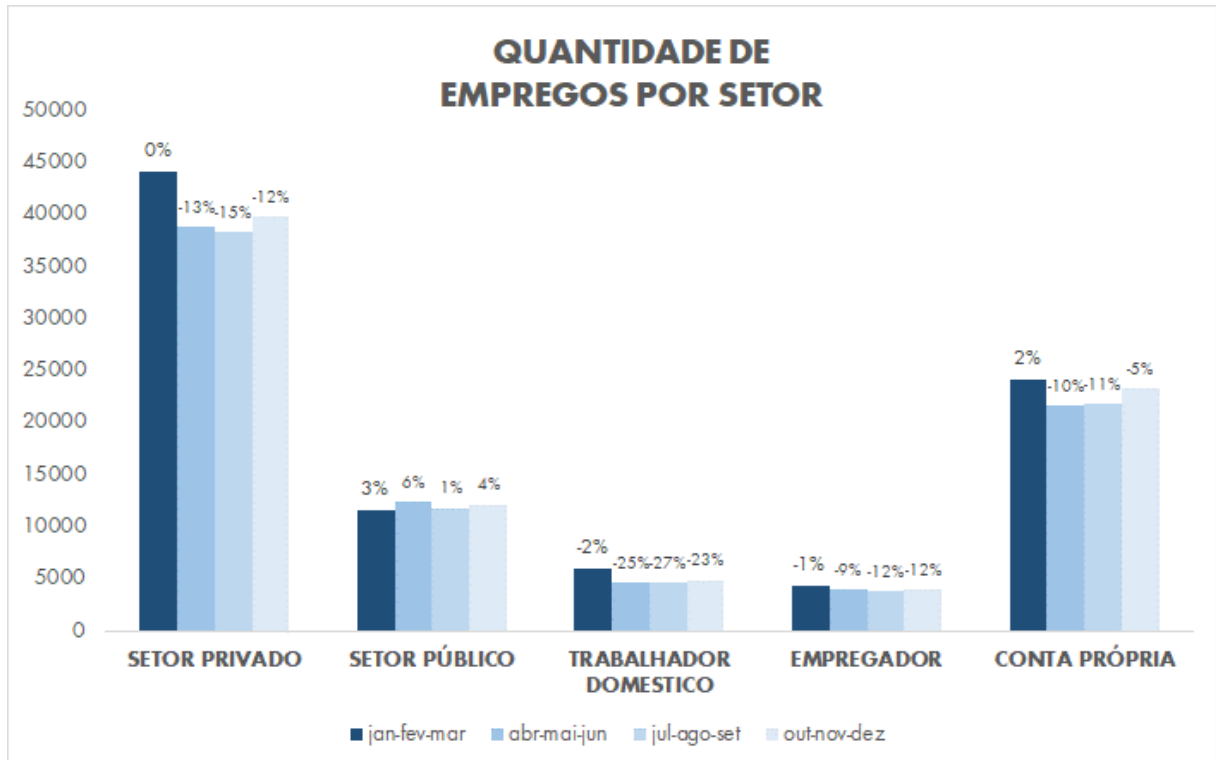
Apesar dos empregos sem carteira de trabalho não terem sido beneficiados da maneira que os demais foram, no trimestre de junho/julho/agosto, o pior de todo o ano, nota-se que a queda em comparação a 2019 da população ocupada sem carteira de trabalho (grupo 1) foi de -26% e a população com carteira de trabalho (grupo 2) foi de -12%. Porém, ao decorrer do final do ano, a retomada do grupo 1 foi muito mais significativa, chegando a -16%, enquanto a do grupo 2 é bem tímida, -11%. Uma das causas desse comportamento se deve pela sensibilidade do grupo 1 em relação as medidas de isolamento, pois, conforme estas foram se tornando mais brandas, esse grupo de pessoas volta a trabalhar mais rapidamente do que o grupo 2, já que, por ter um trabalho informal, eles possuem menos apoio financeiro do governo e necessitam recuperar sua renda com mais urgência. Esse movimento de retorno dos empregos fica mais claro quando se observa a figura 11, que compara as pessoas ocupadas sem e com carteira de trabalho no ano de 2020.



**FIGURA 11** - Pessoas Ocupadas Com e Sem Carteira de Trabalho (trimestre móvel) indexado. Fonte: PNAD Contínua.

Na figura 11 é possível observar a recuperação dos empregos sem carteira de trabalho, enquanto nos empregos com carteira de trabalho, a recuperação é mais tímida e a partir do trimestre móvel de set-out-nov, o número de trabalhos volta a cair. Por outro lado, a queda (em porcentagem) das pessoas ocupadas sem carteira de trabalho é muito maior, chegando a cair 26% no trimestre móvel de abr-mai-jun, enquanto a porcentagem da queda das pessoas empregadas com carteira de trabalho chegou na máxima de 14% no trimestre de jun-jul-ago.

No setor público, o cenário é bem diferente. De setembro de 2019 a setembro de 2020 11,5 milhões de brasileiros saíram da população ocupada no setor privado, enquanto isso, foram criados 145,4 mil postos de trabalho para servidores públicos. Isso se deve pela maioria dos cargos públicos possuírem estabilidade no emprego e, ao mesmo tempo, a demanda por serviços públicos, durante a pandemia, não sofre tanto impacto quanto a demanda por serviços privados. Essa diferença de trajetória entre os dois setores indica que a desigualdade no mercado de trabalho será reforçada pela atual crise, já que, além de criar vagas de emprego, o servidor público recebe, em média, o dobro da iniciativa privada. De acordo com a figura 12 é possível observar os diferentes impactos nos setores.



**FIGURA 12** - Quantidade de empregos por setor em 2020. Fonte: PNAD Contínua.

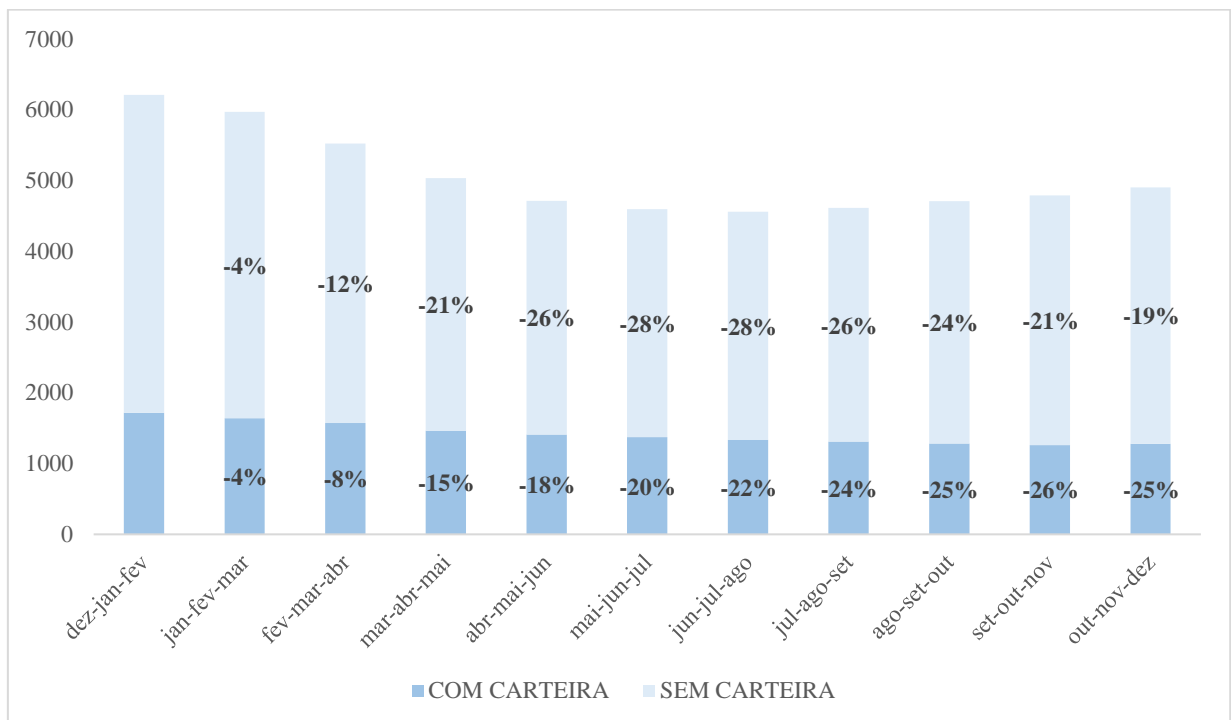
As porcentagens acima das barras indicam o crescimento ou queda do trimestre do ano de 2020 em comparação com o trimestre do ano passado. Dessa forma é possível observar que a maior queda de número de empregos foi no setor de trabalhadores domésticos. O maior impacto causado no trabalho doméstico foi com as diaristas e empregados domésticos informais. Isto porque, por causa do intenso contato que esse tipo de trabalho demanda, ao mesmo tempo que o trabalho doméstico não é um trabalho essencial, foi necessário a paralização desses trabalhadores por uma questão de contenção da doença.

Além disso, a maior parte dos empregos domésticos não possuem carteira assinada. Isso facilita a demissão desses trabalhadores, uma vez que não possuem nenhuma barreira contratual para os empregadores. A média de 2020 da porcentagem de empregos domésticos com carteira assinada foi de 71,8%, chegando a uma queda de 28,8% no trimestre móvel de mai-jun-jul comparado com o trimestre anterior.

A figura 13 mostra a evolução da quantidade de trabalhadores domésticos com e sem carteira durante o ano de 2020. Dois pontos que valem ressaltar é que a queda dos empregos sem carteira de trabalho (grupo 1) acontece de uma forma mais acelerada no começo da quarentena e atingem uma porcentagem maior de queda que os com carteira (grupo 2). Por outro lado, a recuperação do grupo 1 é mais rápida, voltando a crescer no trimestre móvel de jul-ago-set, enquanto do grupo 2 só acontece no trimestre out-nov-dez. Isso porque, ao mesmo

tempo que é mais fácil dispensar esse trabalhador doméstico informal (sem carteira), também é mais simples do empregador recontratar esse indivíduo pela pouca burocracia existente na relação empregador-empregado quando se trata de um trabalhador sem carteira.

Veja a evolução da quantidade de empregos domésticos formais e informais. É possível observar a representatividade da parcela de empregos formal e informal pela altura das barras e pelo eixo vertical. As porcentagens presentes em cada barra mostram o crescimento ou queda em comparação com o trimestre móvel de dez-jan-fev (figura13).

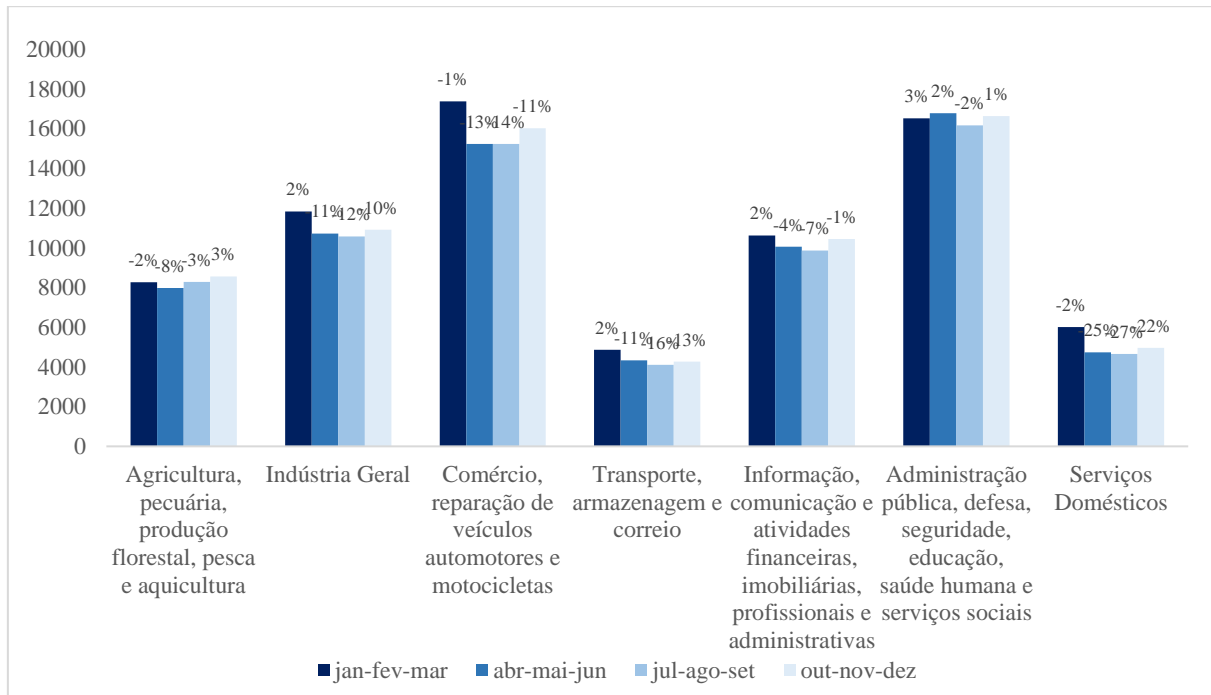


**FIGURA 13** - Quantidade de empregos domésticos com e sem carteira no ano de 2020. Fonte: PNAD Contínua.

Conforme dito acima, uma outra visão que nos interessa nessa monografia é o impacto no setor de atividades. É importante ressaltar dois motivos que foram decisivos para medir o tamanho do impacto sofrido pelos diferentes setores: o grau de contato entre pessoas e o quanto é essencial o produto ou serviço ofertado pelo setor em discussão. Tendo esses dois fatores em vista, o setor de agricultura foi o setor que teve mais resposta positiva durante a pandemia, por este depender majoritariamente de maquinários e terras na sua produção, evitando o contato intenso entre pessoas e por alimento ser um item de alta necessidade da população. Por outro lado, como dito anteriormente, temos o setor de serviços domésticos, que, além de não ser um serviço essencial, depende de uma interação maior entre pessoas, aumentando o risco do contágio da doença.



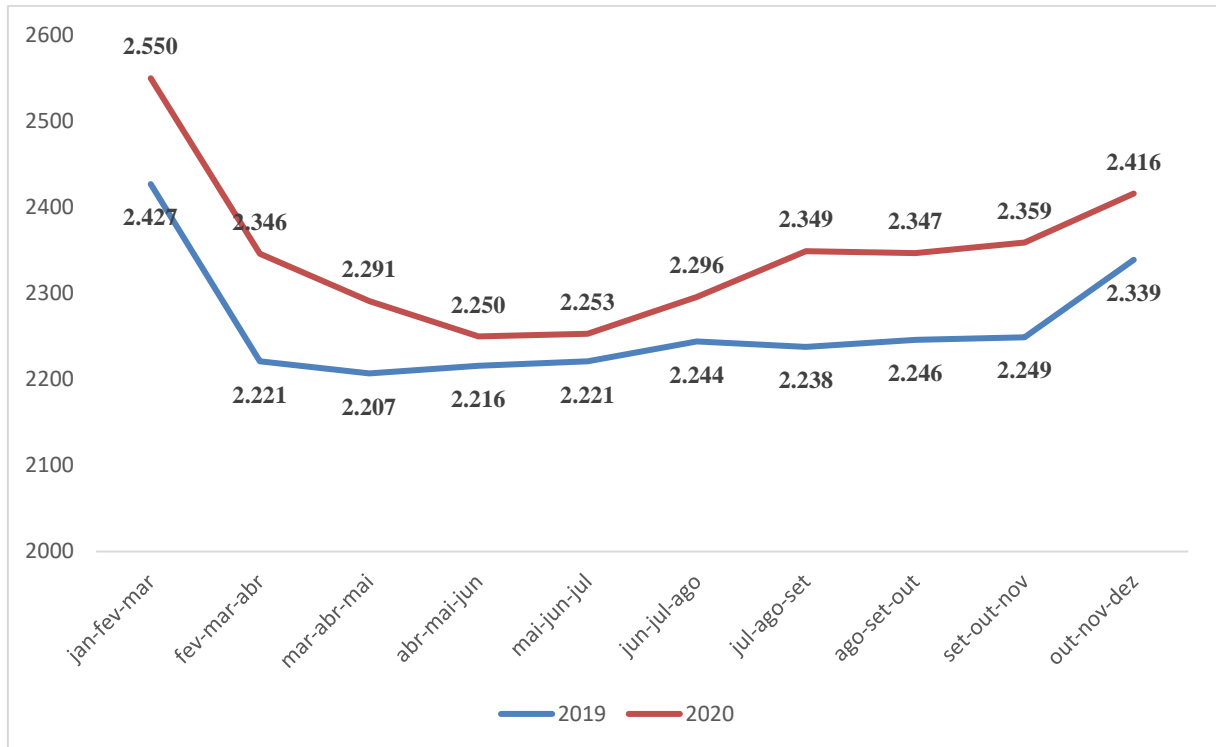
Para melhor entendimento das consequências sofridas por cada um dos setores de atividades, a figura 14 mostra a variação da quantidade de empregos durante o ano de 2020. Nele observa-se uma variação de -27% em serviços domésticos no trimestre de jul-ago-set, enquanto, neste mesmo período, o setor agropecuário já está se recuperando, ficando apenas com -3% em comparação com o mesmo trimestre de 2019.



**FIGURA 14** - Quantidade de empregos por setor de atividades. Fonte: PNAD Contínua.

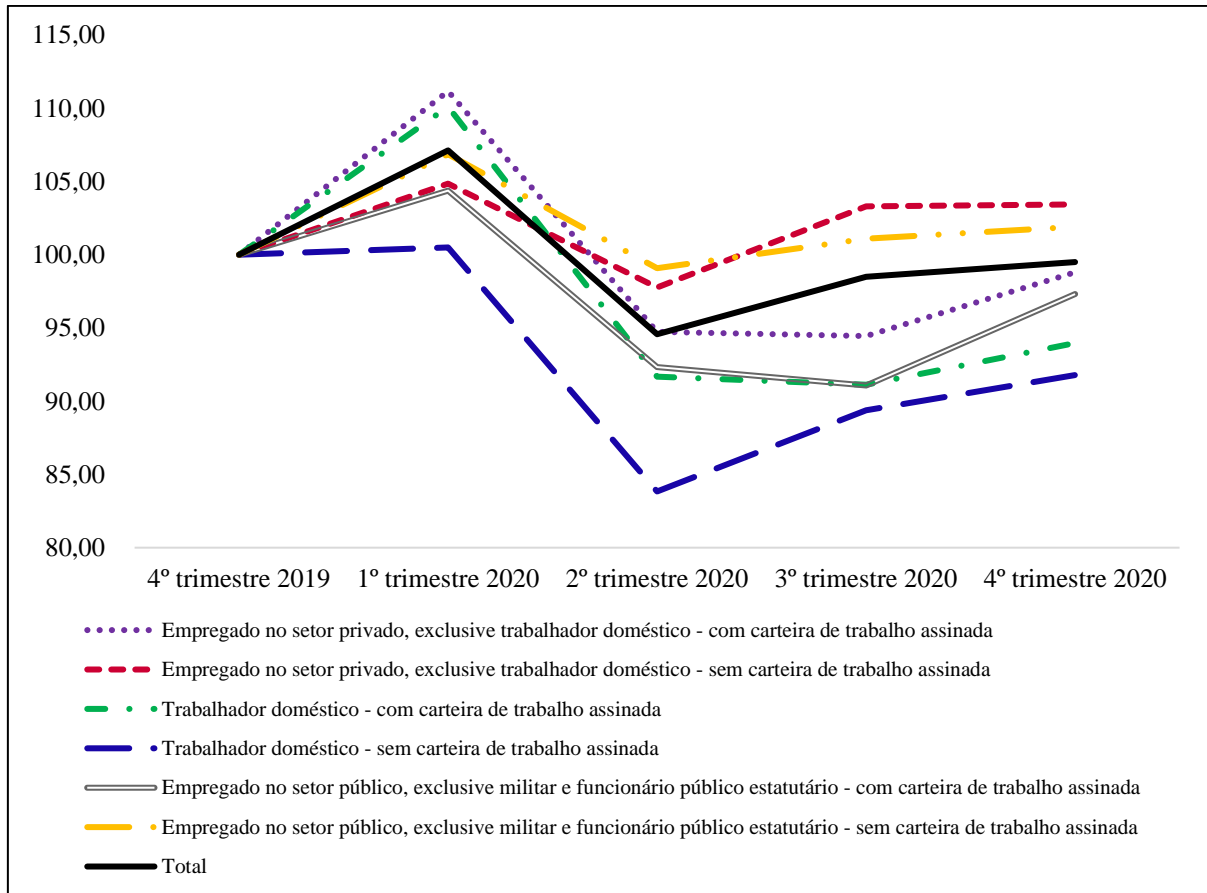
O setor agropecuário foi o único setor privado que mostra uma variação positiva em comparação com o ano de 2019, como podemos observar no último trimestre de out-nov-dez, crescendo +3%. Conforme falado anteriormente, esse setor teve uma alta da demanda pelo fato de muitos brasileiros terem tido, pela primeira vez na vida, acesso à uma renda familiar mais alta que a de costume, isso por causa do auxílio emergencial e, dessa forma, aumentaram seus gastos, principalmente, com alimentos. O setor de atividade em questão só foi capaz de atender essa demanda e crescer em comparação com o ano anterior, pois sua produção não requer aglomeração de trabalhadores, pelo menos na grande propriedade agropecuária.

O rendimento por posição na ocupação, setor e categoria do emprego é outro importante dado para a presente monografia, pois não apenas muitos empregados perderam seus postos de trabalho, mas também uma outra parcela teve sua renda média diminuída.



**FIGURA 15** - Rendimento médio efetivo do trabalho principal das pessoas ocupadas. Fonte: PNAD Contínua.

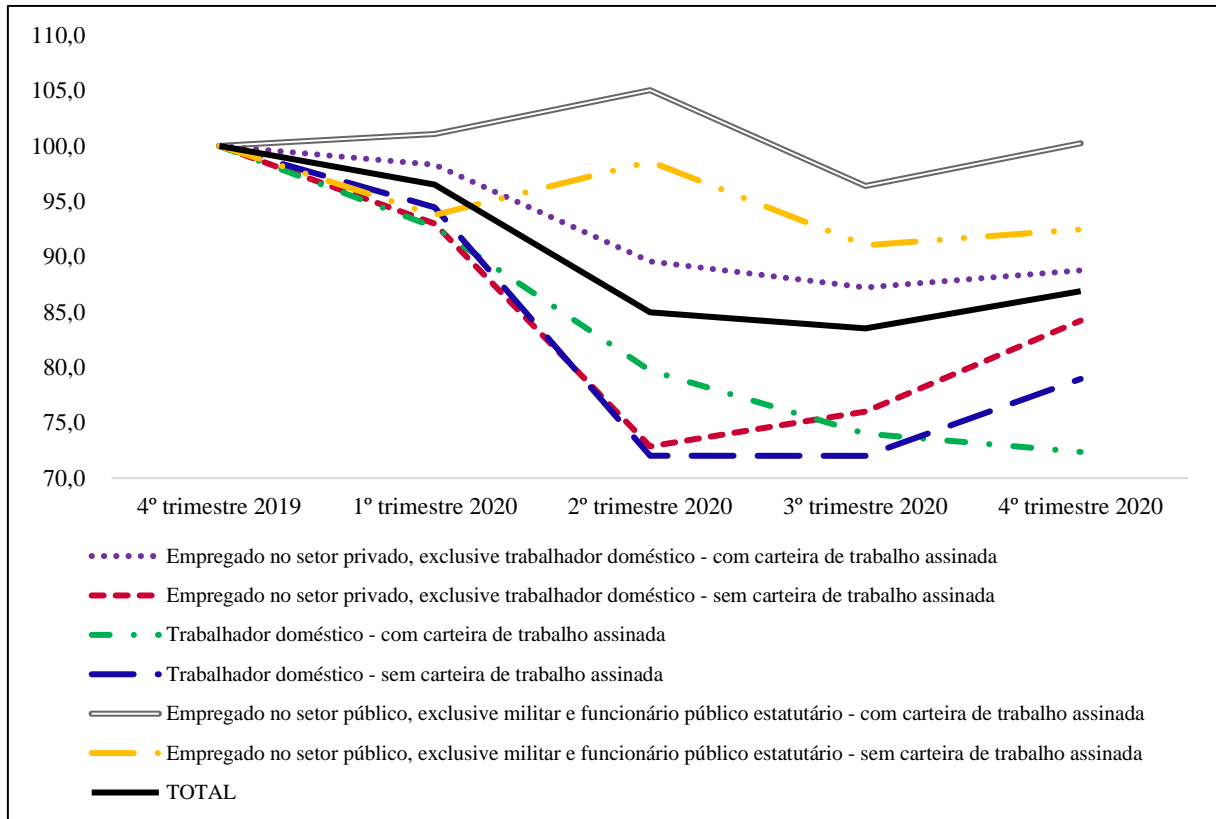
A figura 15 aponta uma queda em 2020 que chega a -12% no trimestre móvel de abr-mai-jun, enquanto, em 2019, a maior queda se dá em mar-abr-mai, atingindo -9% em comparação com janeiro/2019. Por sua vez, com o objetivo de entender qual foi o comportamento de cada um dos vínculos, foram adicionadas as figuras 16 e 17 com uma análise de rendimento efetivo médio e número de pessoas ocupadas, respectivamente.



**FIGURA 16** - Rendimento médio efetivo do trabalho principal das pessoas ocupadas por vínculo de ocupação (2019 – 2020) indexado. Fonte: PNAD Contínua.

A figura 16 aponta, no primeiro trimestre de 2020, um grande aumento no rendimento médio efetivo do setor privado com carteira de trabalho assinada (+11,2%), enquanto o menor crescimento foi no trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada (+0,5%). Além disso, o trabalhador sem carteira de trabalho assinada foi o vínculo que atingiu a maior queda (-16,6%) no segundo trimestre de 2020.

Outro fato interessante é a retomada do rendimento efetivo dos vínculos sem carteira de trabalho assinada. Essas são, proporcionalmente, maiores do que os com carteira assinada, observa-se esse comportamento no trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada e no empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada.



**FIGURA 17** - Quantidade das pessoas ocupadas por vínculo de ocupação (2019 – 2020) indexado. Fonte: PNAD Contínua.

A figura 17 possibilita entendermos o comportamento da queda de pessoas ocupadas em cada um dos vínculos de ocupação citados. O trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada é a maior queda de todos os tipos de vínculo acima, atingindo -28% no segundo trimestre de 2020 em comparação com o quarto trimestre de 2019. Por outro lado, o Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada cresce um total de +5%, no mesmo trimestre de comparação.

Observa-se que, dificilmente, o comportamento de pessoas demitidas acompanha o comportamento do rendimento médio efetivo da figura 16. Isso porque, em um primeiro momento da quarentena, como cita Carvalho (2021), a perda de ocupação se concentrou nas camadas de pessoas ocupadas que eram mais mal remuneradas, principalmente em setores de construção, comércios e alimentação. Além disso estão nesse grupo os empregados sem carteira assinada. Dessa forma os que ainda permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta.

### **3.2 Uma comparação do mercado de trabalho na Pandemia do Covid-19 com a crise de 2014-16.**

Diante dos diversos efeitos sofridos pelo mercado de trabalho durante a pandemia, com o objetivo de entendermos as peculiaridades dessa crise, será feita uma comparação com a última crise que o Brasil passou, ou seja, a recessão de 2014-16. Porém, antes disso, é importante entender o que foi essa recessão de 2014-16 para depois analisarmos quais foram os impactos que essa crise gerou para o mercado de trabalho brasileiro.

A crise econômica no Brasil, também conhecida como a grande recessão brasileira, teve início em meados de 2014 e teve como característica um forte recuo no PIB por dois anos consecutivos. As principais causas apontadas responsáveis por essa recessão foi a enorme incerteza que o país estava vivendo pela crise política e o fim do ciclo de alta dos preços das *commodities*, que afetou as exportações brasileiras e diminuiu a entrada de capital estrangeiro no Brasil. Mesmo com essas duas causas, a principal delas foi interna e está associada a medidas econômicas que não atenderam os resultados esperados e, dessa forma, surgiu uma crise de sustentabilidade fiscal que elevou o risco-país, a taxa de juros e a incerteza, reduzindo o consumo e investimento em 2015 e 2016.

A crise por conta do coronavírus teve diversos impactos para o mercado de trabalho brasileiro, sendo alguns deles em diferentes setores de atividades e tipos de empregos em comparação com a recessão de 2015 citada acima. Uma característica única dessa recessão que vale a pena ser ressaltada é a enorme queda de empregos no trabalho informal. Pois, uma vez que a crise é sanitária, todos os trabalhos devem ser suspensos em prol da saúde da população.

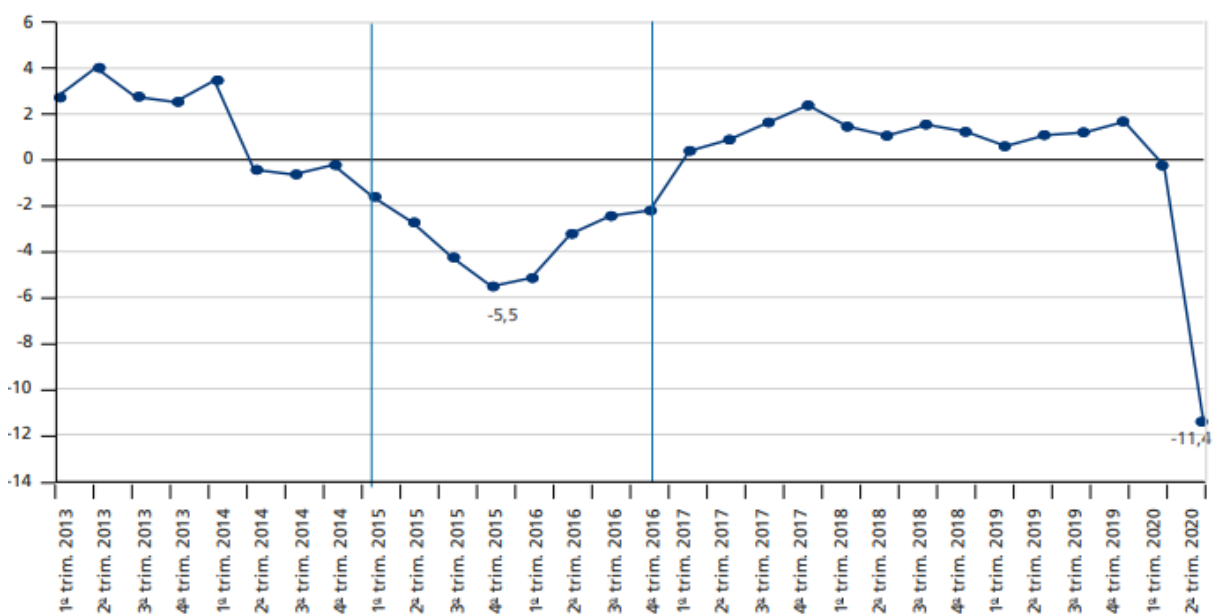
Por outro lado, quando tratamos de uma crise de demanda, como a de 2015-16, vemos que o trabalho informal atua como uma espécie de refúgio e de sustentação de renda, no qual absorve uma parte da queda do setor formal. Dito isso, fica claro a crucialidade da implementação de uma política pública, como o Auxílio Emergencial, para que sirva de um mecanismo de escape para aqueles que tem sua renda cortada, durante a crise do coronavírus.

Outra particularidade dessa crise é o comportamento diferenciado do setor formal, pois, com o Programa Emergencial de Preservação do Emprego, muitos empregos foram mantidos, mesmo que as jornadas e os salários tenham sido reduzidos. Isso fez com que, quando houve a flexibilização, a retomada do trabalho formal foi imediata, já que a força de trabalho já estava pronta para voltar à ativa. Diante disso, quando ocorre essa recuperação, ela tem um caráter peculiar comparado às outras crises, pois o Produto Interno Bruto (PIB) nunca voltou ao patamar pré-crise com a taxa de desocupação tão elevada. Isso acaba por gerar um problema

estrutural que precisa ser lidado pelo Estado, pois, por mais que o PIB tenha se recuperado, um elevado contingente da população economicamente ativa ainda está desempregado.

O tema da produtividade é outro fator peculiar que se diferencia da crise de 2020 em comparação a outras crises. Isso porque, a queda do emprego é muito maior que a queda do PIB, isso acarreta um aumento da produtividade que pouco tem a ver com tecnologia ou aumento da eficiência. Na crise de 2015-16, por exemplo, acontece o inverso, onde não há uma demissão em massa, e, por sua vez, o PIB sofre uma queda muito maior revelando uma queda (estatística) da produtividade. Dessa forma, quando a economia volta a subir, o emprego não acompanha esse crescimento (aumento de produtividade).

Dito isso, em um primeiro momento, é importante entendermos a intensidade com que a economia retraiu em 2020 em comparação com 2015 com a evolução do PIB de 2013 a 2020 (figura 18). Na figura abaixo podemos observar uma retração de 11,4% do primeiro trimestre de 2020 para o segundo trimestre, mais que o dobro da retração de 5,5% do primeiro trimestre para o quarto trimestre de 2015. Contudo, ao longo do texto, veremos que, ao mesmo tempo que a intensidade dessa queda foi muito mais abrupta em comparação com a crise de 2015-16, a recuperação se deu em um período muito mais curto também.

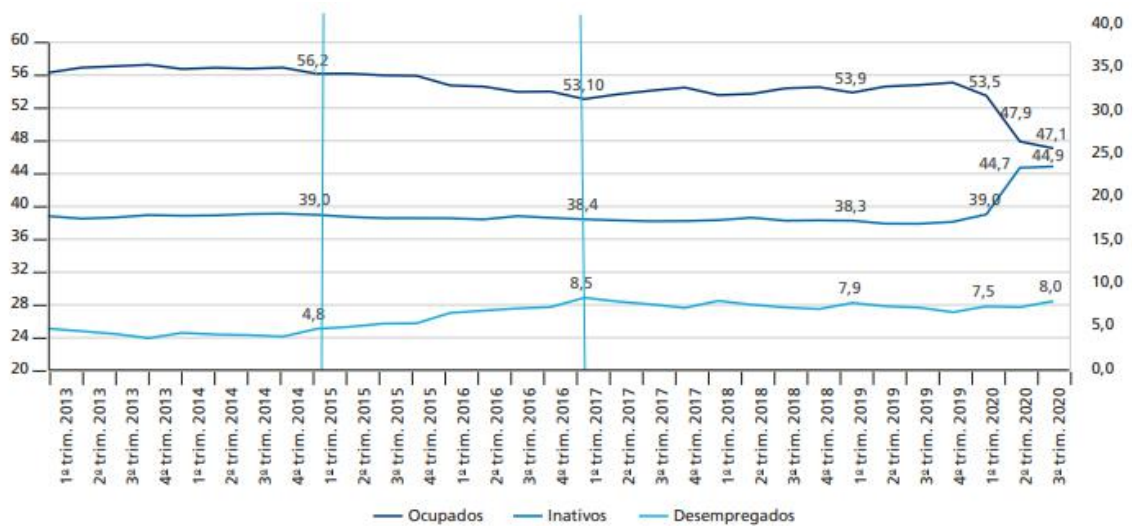


**FIGURA 18** - Variação do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (2013-2020). Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração: IPEA

A recessão de 2015 e 2016, com duas quedas anuais seguidas do PIB de 3,8% e 3,6%, respectivamente, trouxe grandes reflexos para o mercado de trabalho. Durante essa crise observa-se uma queda de 3,1 p.p. na parcela de ocupados da população em idade ativa (PIA)

do primeiro trimestre de 2015 até o primeiro trimestre de 2017. Com essa queda, em contrapartida, houve um aumento significativo do número de desempregados, crescendo 3,7 p.p., que passou de 4,8% no primeiro trimestre de 2015 para 8,5% no primeiro trimestre de 2017. Já a população inativa (fora da força de trabalho) se manteve no mesmo nível.

Na crise de 2020, essa queda foi muito mais intensa e concentrada em um período de tempo mais curto (figura 18). Na figura 19, podemos perceber que no primeiro trimestre de 2020, a parcela de pessoas ocupadas era de 53,5%, já no segundo trimestre essa parcela caiu 6,4 p.p., mais que o dobro da queda da crise de 2015, na qual 56,2% da PIA era de ocupados no primeiro trimestre de 2015, atingindo 53,1% no último trimestre de 2016.

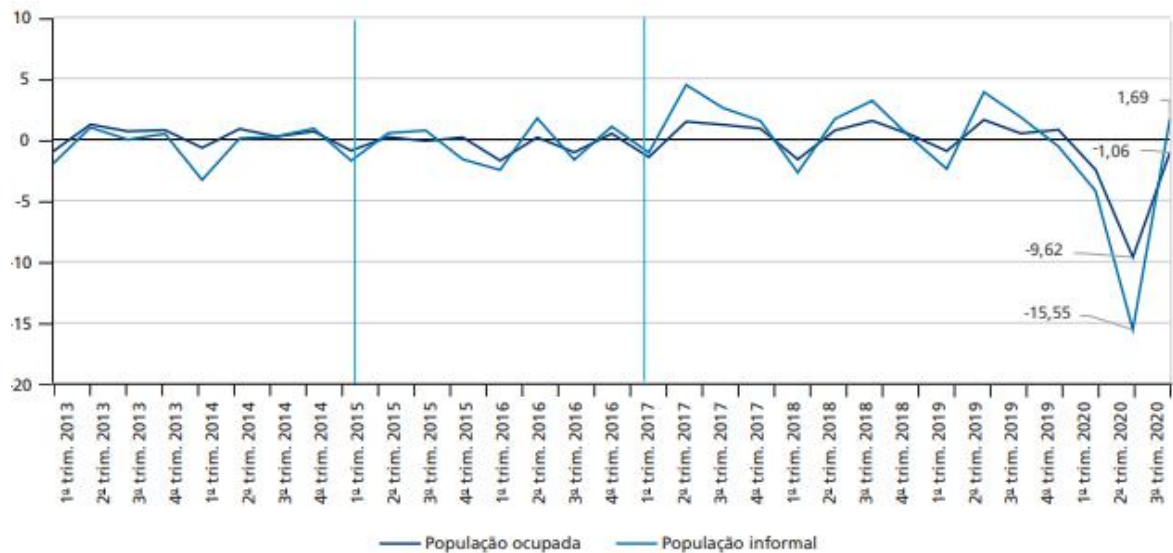


**FIGURA 19** - Proporção de ocupados, desocupados e inativos na população em idade ativa (2013-2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPEA.

A grande diferença de comportamento que o gráfico (figura 19) nos mostra entre as duas crises, foi que, na crise de 2015-2016 a queda na taxa de ocupação se refletiu em um aumento da taxa de desemprego, que foi de 4,8% no primeiro trimestre de 2015 para 8,5% no último trimestre de 2016, enquanto a parcela de inativos se manteve quase estável, com uma queda de 0,6p.p. no mesmo período. Por outro lado, ao analisar os dados da crise de 2020, vemos que essa queda da população ocupada reverteu em um aumento da taxa de população inativa, que foi de 39% no primeiro trimestre de 2020 para 44,9% no terceiro trimestre de 2020 e a taxa de desemprego se mantém no mesmo patamar, subindo apenas 0,5p.p..

O status de formalização da população ocupada é outro ponto que é pertinente para mostrarmos a peculiaridade da crise do coronavírus. Isso porque, durante os anos de 2015 e 2016, não houve uma grande distinção entre a variação da população ocupada geral e da população ocupada informal (figura 20). Ao invés disso, a linha do gráfico apresenta uma

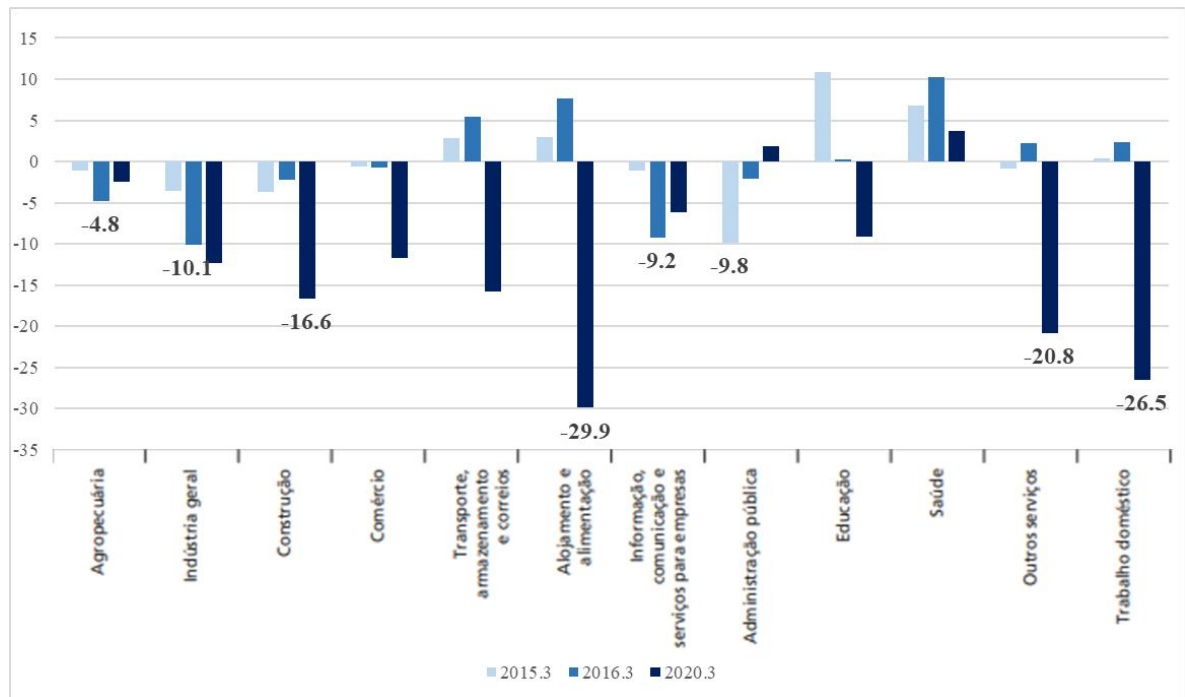
tendência bastante similar entre as partes da população. Contudo, ao analisar o período da crise de 2020, vemos que há uma grande discrepância na queda do setor informal, atingindo -15,55% no segundo trimestre de 2020.



**FIGURA 20** - Variação trimestral da população ocupada, total e na informalidade (2013-2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPEA.

Uma diferença a ser ressaltada é que, enquanto a recessão de 2015-2016 teve um impacto negativo no emprego formal nos setores da indústria e de construção, a crise atual da covid-19 impactou, de forma mais aguda, o emprego informal. Isso pode ser observado na figura 21 que mostra que os setores que possuem as maiores quedas são aqueles compostos por mais empregos sem carteira de trabalho.





**FIGURA 21** - Variação interanual da população ocupada no terceiro trimestre, por setores de atividade (2015 – 2016 - 2020). Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

O único setor em que há um crescimento maior do que nos outros anos é o da administração pública. Nota-se que a intensidade da crise provocada pelo coronavírus foi bem discrepante em comparação com a crise de 2015-2016, mas, além disso, o gráfico corrobora a diferença dos impactos no mercado de trabalho que as duas crises ocasionaram. Isso porque, vemos que, na recessão de 2015-2016, as três maiores quedas foram nos setores da Indústria geral, Informação, comunicação e serviços para empresas e Administração pública, ou seja, uma crise de oferta. No caso da crise pandêmica, além de termos quedas muito maiores, os setores mais atingidos foram o Alojamento e alimentação, Trabalho doméstico e outros serviços. Reafirmando que a crise foi totalmente sanitária e, por isso, setores com alto contato entre humanos deveria ser temporariamente desativados.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta monografia analisamos os impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. Talvez o indicador que mostre de forma mais contundente a gravidade deste impacto seja a queda no total da população ocupada: -9,2%.

Ademais, a forma como o emprego formal e informal responderam à crise do coronavírus também merece destaque devido às peculiaridades de cada caso. O primeiro foi muito menos atingido do que o segundo. A queda da ocupação nos setores informais foi de 15,5% no pior momento da crise, que foi o segundo trimestre de 2020.

Observando o comportamento da ocupação informal, de forma desagregada por setores, fizemos alguns destaques nesta monografia. Cabe, por exemplo, chamar a atenção para o setor de Serviços Domésticos cuja queda na taxa de ocupação foi de 25% no segundo trimestre de 2020 em comparação com o mesmo período em 2019. A partir de uma detalhada análise desses valores, pode-se observar que com relação aos trabalhadores deste setor, sem carteira assinada, a queda é ainda maior, atingindo a taxa de 28%.

Por fim, a comparação realizada com a crise de 2014 a 2016 permite elucidar aspectos relevantes para o presente trabalho, a fim de entendermos a intensidade dos impactos ocorridos no mercado de trabalho. Isto porque, a partir desta análise comparativa, foi possível compreender a peculiaridade do comportamento de cada setor de atividade em 2020 além de mensurar a dimensão com que essa crise sanitária afetou o mercado de trabalho brasileiro, uma vez que os números alcançados em 2020 foram muito maiores – e muito distintos em termos de composição - do que aqueles em 2015.

Primeiramente a forma abrupta com que a recessão se instaurou: houve uma retração de 11,4% do PIB entre o primeiro trimestre e o segundo trimestre de 2020, representando mais que o dobro da retração de 5,5% do primeiro trimestre para o quarto trimestre de 2015. Outro número impactante foi o de Inativos, que aumentou 5,9 p.p. do primeiro trimestre de 2020 para o terceiro trimestre do mesmo ano, saindo de 39% – representando o mesmo percentual da crise de 2014 a 2016 – para 44,9%.

Diante dos resultados ressaltados, evidencia-se a especificidade dessa crise econômica gerada pela pandemia do Covid-19. Dentre as peculiaridades analisadas, observa-se a importância de compreender alguns dos ensinamentos que extraímos a partir dela:

1 – A forte queda no emprego informal é um ponto preocupante, pois este verdadeiro recurso de sobrevivência para os trabalhadores que perdem empregos durante as recessões “normais” não representou uma válvula de escape no caso da crise da pandemia. Isto ficou patente na comparação feita com a crise de 2015-2016.

2 – Em face da característica apresentada no parágrafo anterior, a Renda Básica Emergencial foi uma iniciativa extremamente importante, mas, ao mesmo tempo, mal gerenciada e planejada pelo governo federal. Desperdícios podem levar a uma exaustão do programa muito antes da recuperação das ocupações perdidas durante a pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E.; SOUSA M. de; PATEO, F. V.; ALBUQUERQUE, A.V.S. Comparando base de dados: o caso do cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) e da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD contínua). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota técnica 2. Outubro de 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9887/1/bmt\\_65\\_04\\_nota2\\_comparando.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9887/1/bmt_65_04_nota2_comparando.pdf) Acessado em 07/07/2021.

BARBOSA, Rogério Jerônimo e PRATES, Ian. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10187> Acessado em 07/07/2021.

CARRANÇA, T. Pnad e Caged: no auge do desemprego, Brasil enfrenta falhas nas estatísticas do mercado de trabalho que confundem e desorientam. BBC News Brasil. Abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56727170> Acessado em 07/07/2021.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020. Carta de Conjuntura número 51 – Nota da Conjuntura 4. Segundo trimestre de 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210408\\_cc\\_51\\_nota\\_4\\_retrato\\_dos\\_rendimentos.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210408_cc_51_nota_4_retrato_dos_rendimentos.pdf) Acessado em 07/07/2021.

HECKSHER, Marcos. Que fração dos postos de trabalho perdidos na pandemia já foi recuperada? Carta de Conjuntura número 49 – Nota de conjuntura 14 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 1-7. 2020.

IBGE. Diferenças Metodológicas entre o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Nota técnica. 28 de setembro de 2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_tecnica\\_diferencas\\_metodologicas\\_entre\\_o\\_CAGED\\_e\\_a\\_PNAD\\_continua.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_tecnica_diferencas_metodologicas_entre_o_CAGED_e_a_PNAD_continua.pdf) Acessado em 07/07/2021.

IPEA. Comportamento do Mercado de Trabalho brasileiro em Duas Recessões: Análise do Período 2015-2016 e da Pandemia de Covid-19. Nota Técnica 92. Fevereiro de 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/210210\\_nt\\_disoc\\_n\\_92.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/210210_nt_disoc_n_92.pdf) Acessado em 07/07/2021.

LIMA, Bianca e GERBELLI, Luiz Guilherme. Em um ano, 11,5 milhões perderam emprego no setor privado, enquanto setor público seguiu contratando. GloboNews e G1. Janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/01/27/em-um-ano-115-milhoes-perderam-emprego-no-setor-privado-enquanto-setor-publico-seguiu-contratando.ghtml> Acessado em 07/07/2021.

MENEZES FILHO, Naercio. Exageros no auxílio emergencial? Valor Econômico. 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/exageros-no-auxilio-emergencial.ghtml> Acessado em 07/07/2021.

NERI, Marcelo. Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras? Fundação Getúlio Vargas. 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-o-estudo-qual-foi-o-impacto-imediato-da-pandemia-do-covid-sobre-classes> Acessado em 07/07/2021.

PIRES DE SOUZA, FRANCISCO EDUARDO. Panem et circenses: a propósito da macroeconomia da pandemia. Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política, v. 41, n. 2, 2021.

## ANEXOS

### **ANEXO A – Descrição das posições na ocupação, setor e categoria do emprego de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade.**

**Setor Privado** - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica) do setor privado, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Entre os empregados privados se encontram também o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira e outros clérigos.

**Trabalhador Doméstico** - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

**Setor Público** - Pessoa que trabalhava para o governo, em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal, que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as empresas de economia mista. Dentre os empregados do setor público, encontram-se também as pessoas que exercem mandatos eletivos como vereadores, deputados, prefeitos etc. Também são do setor público os Conselhos de classe profissional, com exceção da OAB (Ordem de Advogados do Brasil), que é o único conselho que é uma instituição privada.

**Empregador** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio negócio/empresa, com ou sem sócio, tendo pelo menos um empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

**Conta Própria** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio negócio/empresa, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

#### **Trabalhador Familiar Auxiliar -**

1. Conta própria ou empregador: pessoa que trabalhava sem receber pagamento, em ajuda a morador do domicílio ou a parente, ainda que não habite no mesmo domicílio, que era conta própria ou empregador.

2. Empregado: pessoa que trabalhava sem receber pagamento, em ajuda a morador do domicílio ou a parente, ainda que não habite no mesmo domicílio, que era empregado (este é que estabelecia o contrato ou acordo de trabalho com o empregador e recebia a remuneração pelo trabalho do grupo familiar).

3. Trabalhador doméstico: pessoa que trabalhava sem receber pagamento, em ajuda a morador do domicílio ou a parente, ainda que não habite no mesmo domicílio, que era trabalhador doméstico.